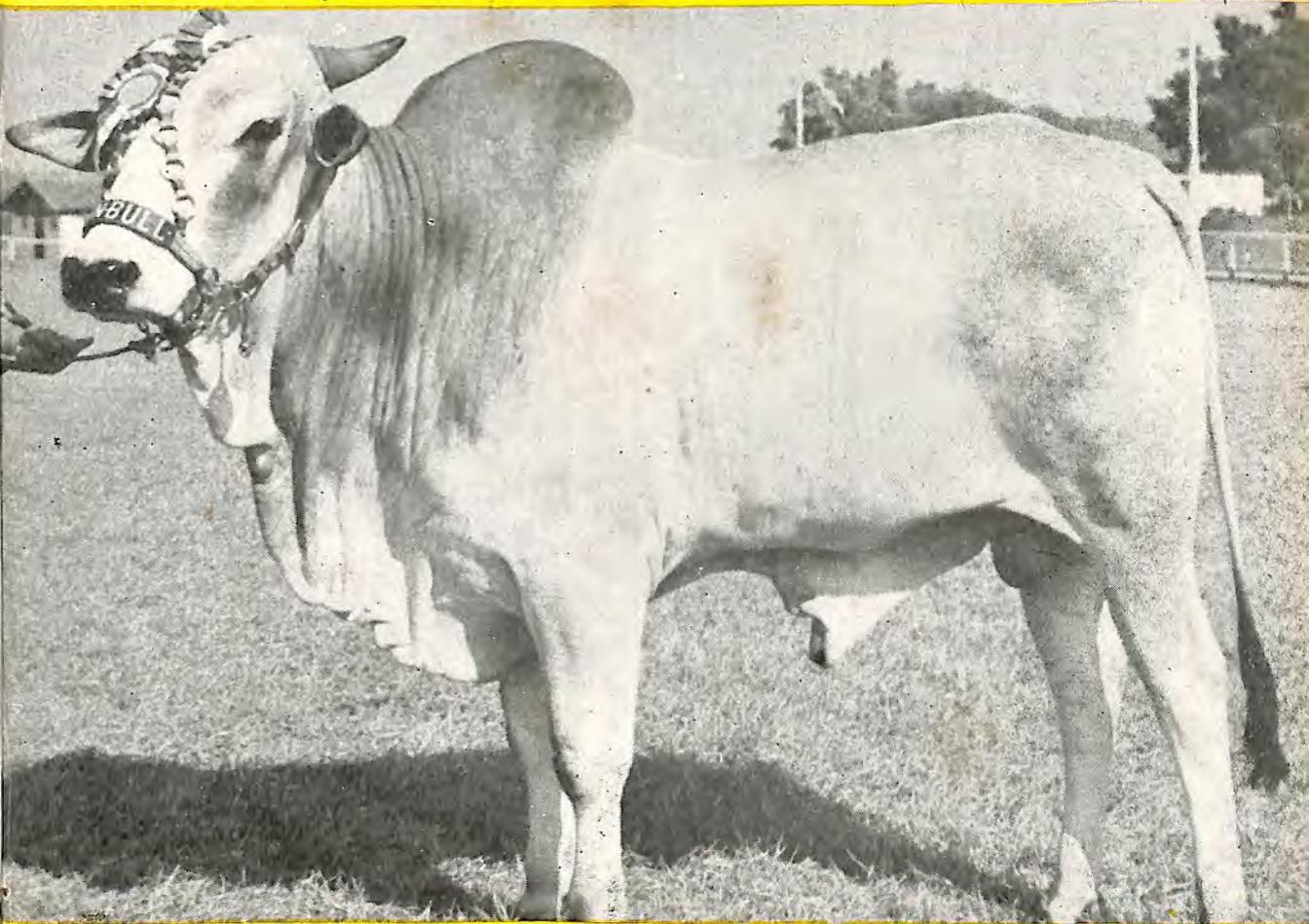


A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



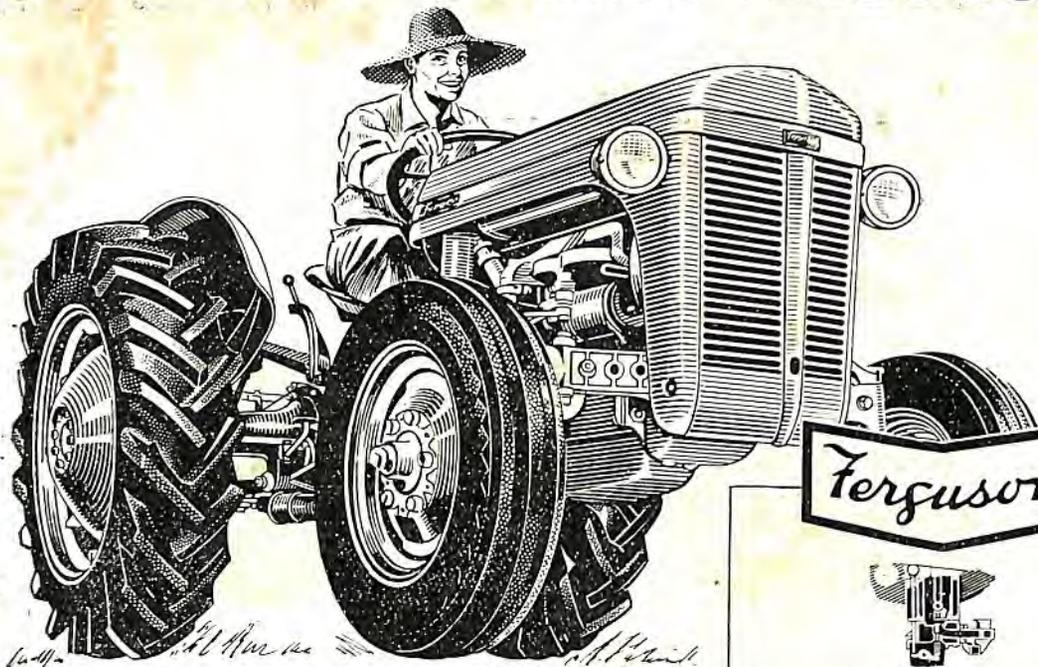
JOHN BULL

campeão Nelore — I Exposição Estadual de Bovinos das Raças Indianas. Proprietário: Mamedí Mussi - Barretos.

ANO LVIII

SETEMBRO-OUTUBRO, 1954
RIO DE JANEIRO — BRASIL

DIFERENTE! o sistema FERGUSON...



Ferguson



Motor novo mais poderoso - 20% mais de força e melhor característica de torque.



Câmara de combustão semi-esférica
Garante melhor aproveitamento da combustão e, portanto, maior aproveitamento de gasolina.



Regulador de esferas - Regula automaticamente a uniformidade da marcha do trator em qualquer terreno.



Contrôle a "Toque de Dedo" - Fácil controle de todos os implementos com um simples "Toque de Dedo".

Completa assistência mecânica

DISTRIBUIDORA
VEMAG

...é único e completo —
por isso rende um trabalho eficiente e econômico!

O famoso Sistema Ferguson oferece controle hidráulico integral, moderno acoplamento mecânico e novos dispositivos de segurança. O controle a "toque de dedo", além de simplificar o levantamento dos implementos, regula automaticamente a sua tração e a profundidade dos sulcos. EXCLUSIVO: Característica importante e exclusiva é o dispositivo hidráulico que desliga automaticamente o implemento quando este encontra um obstáculo.

FERGUSON-um só conjunto motorizado para todas as tarefas de sua lavoura. Mais potente - mais resistente - mais econômico - maior rendimento - maior facilidade de manejo.

DISTRIBUIDORA VEMAG S/A

Veículos e Máquinas Agrícolas

São Paulo - Matriz - Rua Grota Funda, 224
Telefones 3-0612 - 3-0648 e 3-0759 - Caixa Postal 8232
Telegramas "Studeauto"

Rio de Janeiro - Filial - Rua São Clemente, 83 - Tel. 46-1414

Territórios de Distribuição - Distrito Federal, Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina.



O sr. ministro Costa Pôrto, da Agricultura, quando falava na reunião convocada pela Confederação Rural Brasileira.

SUMÁRIO

A batalha do trigo — Prof. Arthur Torres Filho	3
III Conferência Rural Brasileira	6
Curso de Especialização Universitária para Engenheiros Agrônomos — Eng.º Agr. Geraldo Couart da Silveira	10
Paulo Afonso e a produção de azoto sintético	12
A produção e abastecimento de leite das cidades de Recife e Olinda por meio de Cooperativas — Alcides Osorio de Mendonça	13
Cooperativismo e Educação — Fábio Luz Filho	18
Crédito e Assistência Rural — Eng.º Agr. Arthur Torres Filho	18
Notícias e Informações	19
Criação de consciência política no meio ruralista — Fernando C. Riet	22
Sociedade Nacional de Agricultura	24
Contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura a II Reunião de Consultas às Cooperativas	25
Dr. Antonio de Arruda Câmara	26
A agricultura no Distrito Federal	30
Pesquisas econômicas e sociais	42
Campanha da cultura da soja em São Paulo	43

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo. — DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito — DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente. — ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente. — LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente. — EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente. — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário. — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário. — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário. — EURICO SANTOS
4.º Secretário. — CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro. — KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro. — OTTO FRENSEL
Secretário-Geral. LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANÍPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUVIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIL MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYRA BARÇANTE
IVO LEAO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
JOAQUIM CAMARA FILHO
JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G. TERRA
MARIO VILHENA
NEWTON DE CASTRO BELLEZA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem — Dr. Raul David de Sanson; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicações da Cooperativas Rurais (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Permanente de Associação Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

SETEMBRO - OUTUBRO — 1954

A batalha do Trigo

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Acaba de encerrar-se a IV Festa Nacional do Trigo, na cidade de Carazinho, na região tritícola do Rio Grande do Sul, que foi prestigiada com a presença do Ministro da Agricultura Dr. Costa Pôrto, que deu uma demonstração de elevado aprêço ao homem rural e aos técnicos que com dedicação e patriotismo vêm, há anos, travando a Batalha do Trigo, que colima garantir o auto-abastecimento do país em um produto alimentar essencial ao povo brasileiro. A região escolhida, essencialmente agrícola, tem expandido em bases altamente racionais a sua produção tritícola que em 1953 apresentou uma área cultivada de 35.000 hectares, representando 42% de tôdas as lavouras do Município. O espetáculo do renascimento do cultivo do trigo no Rio Grande do Sul representa a reivindicação do papel que teve no comêço do século passado, em que o Brasil produzia para o seu consumo e ainda era exportador.

Segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, a produção brasileira de trigo em 1953, foi a seguinte: área em hectares, 910.414; produção em toneladas, 771.692; valor em cruzeiros, 2.763.499.000,00. Constavam como sendo os maiores produtores de trigo, os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Pos êsses dados, coligidos e divulgados por órgãos estatísticos oficiais, verifica-se que o Município de Carazinho, no ano de 1953, concorreu com cêrca de 3,70% para a produção nacional de trigo.

Dispendeu o Brasil em 1953 com a compra de trigo no exterior “três e meio bilhões de cruzeiros”. Comparado, isoladamente, “foi o maior dispêndio de divisas no exterior”; maior do que com a compra de gasolina, óleos combustíveis e outras mercadorias essenciais. Patenteia-se a gravidade para a situação financeira dê-se dispêndio. Em 1953 consumimos 2.475.355 toneladas de trigo, das quais foram produzidos no país 821.777 e 1.653.578 importadas (grão e farinha). Calcula-se que o aumento anual, em média, vinha sendo de 100 mil toneladas e em 1953 elevou-se a 500 mil pelo fato de se haver importado mais trigo em grão.

No corrente ano, de janeiro a junho, foram importadas 600 toneladas de trigo provenientes da Argentina, Uruguai, Paraguai, Canadá e Finlândia, no valor equivalente a 54 milhões de dólares. (Conjuntura Econômica, pg. 16, da F.G.V.). É de salientar-se que o preço atual do trigo argentino, conforme o acôrdo comercial, é de 95 dólares C.I.F., a tonelada, que sendo muito embora bem inferior ao de 1953 ainda assim, como assinala a Conjuntura Econômica, e é ainda acentuadamente mais alto que o do mercado internacional, que em 1954 tem sido quase sempre abaixo de 8 dólares.

Não pertencendo ao Acôrdo Internacional do Trigo, tem a Argentina a liberdade de negociar sua produção exportável aos preços que lhe convenham no interêsse de seu intercâmbio comercial.

No valioso relatório sôbre o Problema da Alimentação no Brasil, a Missão Klin & Saks, ao tratar do capítulo dos cereais, fez a seguinte declaração “em boa hora o Brasil produz cereais em abundância, com exceção do trigo”. E com muita justiça resalta os esforços e as realizações que vem alcançando no setor da produção de trigo e releva a importância do problema do armazenamento para os cereais e declara o que se vai realizando no que concerne ao armazenamento do trigo e diz que o que o Serviço de Expansão do Trigo é um órgão vigilante e dotado de responsabilidade e constitui “um bom exemplo de entidade governamental que tem prestado bons serviços silenciosa e eficazmente” e modelares que, em cinco anos o país se ache liberto das importações (pág. 228, O Problema da Alimentação do Brasil — Relatório Klain & Saks).

A propósito, saliento que no relatório da Missão Klein & Saks existem observações do complexo problema do trigo nos setores técnicos, industrial e comercial merecedores de atenção e providências acauteladoras. Depois de muito acertadamente analisar as importações de trigo e a expansão lisongeira da produção nacional a Conjuntura Econômica é de parecer que, “em futuro

próximo, o problema do trigo no Brasil não sofra modificações substanciais. Tudo indica que continuará o desenvolvimento da produção nacional, não devendo, entretanto, sua participação no consumo aparente ser muito mais expressiva que agora”. E que o baixo nível do consumo per capita (30 quilos contra 60 nos Estados Unidos e Argentina). A expansão do consumo nacional é muito grande.

A nosso ver, a par da expansão da produção do trigo, deveríamos colocar em plano de destaque o aproveitamento das farinhas panificáveis.

A firmeza das bases em que se assenta a “triticultura brasileira”, principalmente a partir de 1947, faz acreditar que, se não houver esmorecimento, no devido amparo ao esforço coordenado do homem rural e no estímulo aos técnicos, a “batalha do trigo”, que vem sendo travada há mais de 40 anos, “será vitoriosa para garantia indispensável da independência econômica e política do Brasil”.

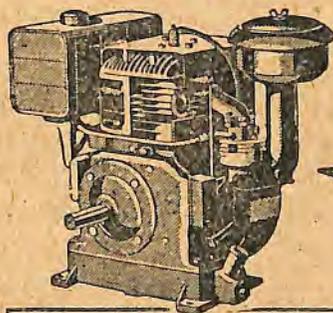
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina, para fins Industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



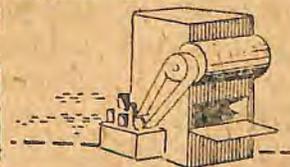
Grupos Geradores



Bombeamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Riachuelo, 243

SÃO PAULO
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 63

III Conferencia Rural Brasileira

Realiza-se de 6 a 12 de Dezembro, em São Paulo, a III Conferência Rural, da série iniciada em 1952 pela Confederação Rural Brasileira. A I realizou-se na Capital da República, e a II em Curitiba. Espera-se que o conclave alcance os melhores resultados, pela forma prática e de certa forma Nova, com que o órgão máximo de classe orientou a sua realização, a cargo da FARESP.

Damos a seguir o regimento do certame e a lista das comissões organizadas pela organizadora da Conferência.

REGIMENTO DA III CONFERENCIA RURAL 4.º GRUPO BRASILEIRA

1.º) — A III Conferência Rural Brasileira reunir-se-á em São Paulo, de 6 a 12 de Dezembro de 1954, obedecendo ao seguinte Regimento:

1.º GRUPO

a) Produção Agro-Pecuária:

Técnica da Produção Vegetal
Técnica da Produção Animal

b) Extensão e Ensino:

Assistência Técnica
Ensino Profissional
Experimentação e Pesquisa

2.º GRUPO

a) Suprimento de Bens de Produção

Aduos e Corretivos
Alimentos e Concentrados
Inseticidas e Fungicidas
Vacinas e Medicamentos
Maguinarias
Águas e Irrigação

b) Serviços:

Energia Elétrica
Combustíveis
Transporte
Armazenamento
Comercialização

3.º GRUPO

a) Política Monetária:

Crédito Rural
Câmbio e Comércio Externo

b) Política Tributária

c) Seguro Agrícola:

4.º GRUPO

Intervenção do Estado na Economia Rural:

Órgãos de Controle da Produção e dos Preços

5.º GRUPO

a) Estrutura Agrária:

Distribuição da Propriedade
Arrendamentos e Parceria
Reforma Agrária

b) Bem Estar e Assistência Social:

Serviço Social Rural
Código Rural

c) Associativismo e Cooperativismo

Associações Rurais
Cooperativas

3.º) — Serão membros participantes da Conferência, as Federações, as Associações filiadas e seus sócios, bem como as Associações e Cooperativas de Agricultores, que para esse fim se inscreverem junto à Comissão de Registro e Credenciais.

4.º) — A Conferência terá tantas Mesas de discussão, quantos forem os grupos de assuntos que compõem a Agenda.

5.º) — As Mesas de discussão serão constituídas de um Presidente, um Relator e cinco (5) membros, todos designados pela Comissão Executiva, atendendo-se, tanto quanto possível, às várias regiões em que se divide o país.

6.º) — Nas Mesas de discussão terão direito a voto somente os seus

- membros, sendo, entretanto, o debate, franqueado a todos os membros participantes da Conferência.
- 7.º) — A Comissão Organizadora cabe apresentar à Mesa da Conferência os Relatórios Regionais, elaborados com base na contribuição das Federações filiadas e que constituirão os documentos principais a serem debatidos pelas Mesas de discussão.
- 8.º) — As proposições avulsas encaminhadas pela Comissão Executiva, às Mesas de discussão, serão submetidas ao exame destas, e as contribuições que trouxerem e forem aprovadas, serão incorporadas ao relatório do grupo respectivo, não sendo permitido o encaminhamento em separado.
- 9.º) — As Mesas de discussão serão encaminhadas cópias dos Relatórios Regionais, a fim de serem discutidos e elaborados os Relatórios de Grupo, bem como as proposições avulsas que tenham sido apresentadas à consideração da Conferência.
- 10.º) — Examinados todos os documentos que lhe tenham sido distribuídos, preparará o Relator da Mesa de discussão, o Relatório, versando os assuntos do respectivo Grupo, que depois de aprovado, será encaminhado pelo Presidente à Comissão Executiva.
- 11.º) — Recebidos pela Comissão Executiva os Relatórios de Grupo das Mesas de discussão, serão estes submetidos a debate e deliberação do Plenário da Conferência.
- 12.º) — As sessões plenárias serão constituídas de todos os participantes da Conferência, devidamente inscritos, e terão a duração de 4 (quatro) horas, prorrogáveis, a juízo do Plenário.
- 13.º) — As votações em sessão plenária serão processadas na forma dos Estatutos da Confederação Rural Brasileira.
- 14.º) — Cada participante da Conferência poderá usar da palavra somente uma vez, por prazo de 10 minutos, prorrogável até por igual tempo, a juízo do Plenário, para discussão dos Relatórios de Grupo ou de Moções. O prazo para justificar questões de ordem ou encaminhar a votação será de 10 minutos, improrrogável.
- 15.º) — A Comissão Executiva da Conferência, designará uma Comissão de Redação, composta dos Relatores das Mesas de discussão, e

um presidente de sua escolha, a que incumbirá dar forma definitiva às suas deliberações.

- 16.º) — Em sua última reunião plenária, será fixada a data e o local, e designada a Comissão Organizadora da IV Conferência Rural Brasileira.

COMISSÃO DE RECEPÇÃO E ALOJAMENTO

Galileu Bicudo — José Peres de Oliveira — Lingard Miller Paiva — Rafael de Moura Campos — Dario Ferreira Guarita — Mario Penteado de Faria e Silva — Luiz Fortunato Moreira Ferreira — João Rodrigues da Cunha — Luiz Duarte Silva.

COMISSÃO DE REGIMENTO E CREDENCIAIS

Ademar Carvalho Gomes — Leven Vampré — Paulo Henrique Meinberg.

COMISSÃO DE REGISTRO E CREDENCIAIS

Helio Rubens Junqueira Caldas — Donato Mascarenhas — Sebastião Simões de Carvalho.

COMISSÃO SOCIAL

Durval Acioly — Flavio Lima Rodrigues — Sandoval Coimbra — José Carlos Campos Salles — SENHORAS: Iris Meinberg — Durval Acioly — Manuel Carlos Ferraz de Almeida — Clovis Salles Santos — José Cassiano Gomes dos Reis — Felipe Rodrigues Siqueira Neto — Luiz Fortunato Moreira Ferreira — Euclides — Telles Ruuge — Salvio Pacheco de Almeida Prado — Alkindar Junqueira — Dario Ferreira Guarita.

COMISSÃO DE HONRA

S. Excelência o Dr. João Café Filho — Presidente da República.
 S. Excelência o Dr. Alexandre Marcondes Filho — Presidente do Senado.
 S. Excelência o Dr. Nereu Ramos — Presidente da Câmara dos Deputados.
 S. Excelência o Ministro José Linhares — Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 S. Excelência o Sr. Lucas Nogueira Garcez — Governador do Estado de São Paulo.
 Governadores dos Estados e dos Territórios.
 Ministros de Estado — Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta — Cardeal Arcebispo de São Paulo.
 S. Excelência o Sr. Renato Costa Lima — Secretário da Agricultura de São Paulo.
 Secretário de Agricultura dos Estados.
 S. Excelência o Dr. Vicente de Paula Lima — Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo.
 S. Excelência o Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça.



A mesa que presidiu os trabalhos da reunião convocada pela Confederação Rural Brasileira.

General Newton Estillac Leal — Cte. da Zona Militar do Centro.

Brigadeiro Armando Ararigocia — Cte. da 4.^a Zona Aérea.

General Comandante da 2.^a Região Militar.

S. Excelência o Sr. Jânio Quadros — Prefeito Municipal de São Paulo.

S. Excelência o Dr. Viliam Salem — Presidente da Câmara Municipal de S. Paulo.

S. Excelência o Sr. Brasílio Machado Neto — Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

S. Excelência o Sr. Euvaldo Lodi — Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Presidentes das Federações de Associações Rurais.

S. Excelência o Sr. Presidente da Federação do Comércio de São Paulo.

S. Excelência o Sr. Antônio Devisate — Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

S. Excelência o Sr. Clemente Mariano — Presidente do Banco do Brasil.

S. Excelência o Sr. Artur Torres Filho — Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

S. Excelência o Sr. Luiz Toledo Piza Sobrinho — Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

S. Excelência o Sr. Guilhermse de Almeida — Presidente da Comissão do 4.^o Centenário de São Paulo.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente: Manoel Carlos Ferraz de Almeida — Presidente em exercício da FARESP.

Vice-Presidente: Luiz Toledo Piza Sobrinho — Presidente da S. R. B.

Secretário Geral: José Cassiano Gomes dos Reis — Secretário Geral da FARESP.

1.^o Secretário: Antonio Carlos Corrêa — Presidente da A. P. A.

2.^o Secretário: Accacio Gomes — 1.^o Secretário da S. R. B.

3.^o Secretário: Felipe Rodrigues Siqueira Neto — 1.^o Secretário da FARESP.

TESOUREIROS: 1.^o Euclides Teles Rudge — Tesoureiro da FARESP.

2.^o Otavio Cintra Leite — Tesoureiro da S. R. B.

3.^o Genuino Viana — Tesoureiro da A.P.A.

MEMBROS: Cyro Werneck de Souza e Silva — Presidente da U.C.E.S.P.

Caio da Silva Ramos — Presidente da Associação Brasileira de Bovinos da Raça Holandêsa.

João de Moraes Barros — Presidente da Associação Paulista Criadores de Bovinos.

Renato Junqueira Neto — Presidente da Associação Herd Book Caracú.

Carlos Abranches Brotero — Presidente da Associação Criadores de Cavalos Manga Larga.

Fulvio Morganti — Presidente da Associação dos Uzineiros de São Paulo.

Quineu Corrêa — Presidente da Sociedade Paulista Médico Veterinária.

Laerte Ramos de Moura — Presidente da Sociedade Paulista de Agronomia.

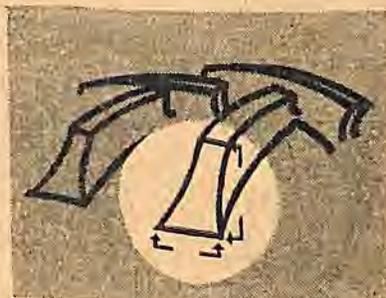
Coisas importantes

que todo lavrador precisa saber antes de comprar um pneu para trator!



Barras cônicas e curvadas

Para penetrar com facilidade no solo, mais profundamente... e assegurar máxima força de tração.



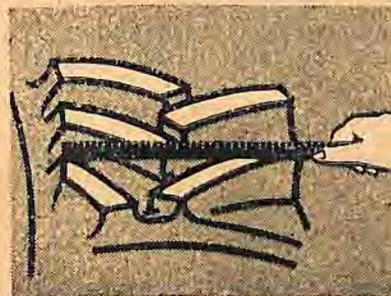
Ombros maiores e mais robustos

Para maior superfície de contato com o solo, para maior agarre... para desgaste mais lento e por igual!



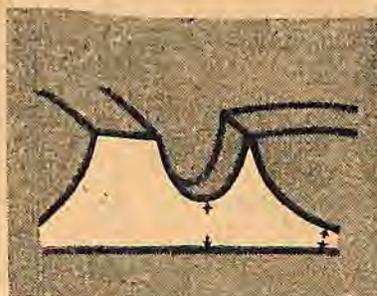
Barras abertas para fora

Para evitar acúmulo de terra e proporcionar a ação automática da auto-limpeza!



Banda de rodagem mais larga e plana

Para maior área de tração nas barras, assegurando ao mesmo tempo tração em toda a largura da banda de rodagem e maior durabilidade.



Junções super-reforçadas entre os elementos de tração

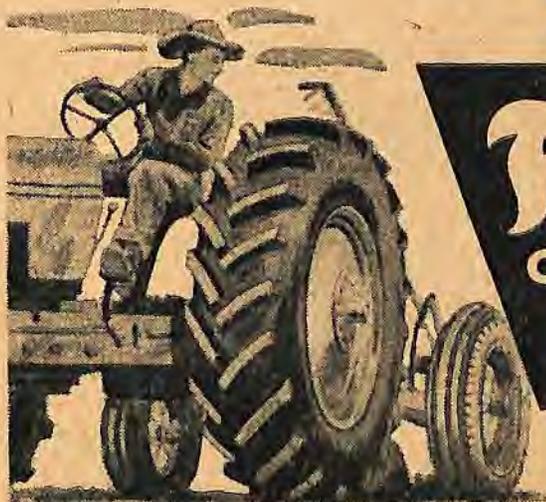
Para evitar flexão excessiva das barras e eliminar o excessivo castigo das extremidades das barras sobre a carcaça.



Dupla proteção contra pancadas

Lonas suplementares para absorver também os mais rijos impactos!

Para obter um pneu de trator com todas estas características, sem qualquer acréscimo no preço, exija



Firestone
CHAMPION Ground-Grip
 Centro aberto

DO RENDIMENTO DOS SEUS PNEUS DEPENDE TAMBÉM O CUSTO DO TRABALHO!

Curso de Especialização Universitária para Engenheiro Agrônomos

GENERALIDADES

Eng. Agr. Geraldo Goulart da
Silveira Diretor Técnico da S.N.A.

O Instituto Agrônomo de Campinas, do Estado de São Paulo, que tantos e tão relevantes serviços vem prestando ao país nos setores de experimentação, pesquisas e ensinos, acaba de realizar, com grande êxito, primeiro Curso Post-graduado de Cafeicultura, sob os auspícios do Instituto Brasileiro do Café, destinado a ampliar os conhecimentos técnicos de Engenheiros agrônomos diplomados, ministrando-lhes informações especializadas sobre a cultura do café.

Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa que merece os mais valiosos aplausos, pois preparar técnicos para a orientação da cultura cafeeira é preservar a economia nacional, uma vez que é café é o fornecedor de divisas para o país.

Mais do que nunca é necessário encarar o problema da cafeicultura nacional com objetividade, em virtude de perspectivas não muito alvitreiras para o futuro.

No momento atravessamos uma época excepcional em que a produção é inferior ao consumo mundial e, conseqüentemente, os preços tornaram-se elevados estimulando assim a formação de novas lavouras cafeeira não só no Brasil (norte do Paraná, Mato Grosso, etc.), como também em outros países (Colômbia e outros países da América Central, México, Colônias Africanas, etc.)

Essa intensificação da cultura cafeeira trará como conseqüência, em um futuro próximo, um desequilíbrio inverso do atual, isto é, produção maior que o consumo, determinando assim uma maior concorrência entre os produtores para a colocação dos estoques de café nos mercados.

Torna-se necessário, portanto, que produtores como o Brasil, fiquem aparelhados para a concorrência, pois só poderão enfrentar a situação aqueles que produzirem racionalmente e em bases econômicas.

São oportunas, objetivas e caracterizam bem o problema, as palavras do Engenheiro agrônomo Carlos Arnaldo Kzug, Diretor do Instituto Agrônomo de Campinas, ministrando a aula inaugural do Curso Post-Graduado de cafeicultura, que pedimos vênica para transcrever:

"Chegou a hora de passarmos, no Brasil, da fase de invasão cafeeira, com toda a sua grandiosidade, seus erros e sua instabilidade, para a fase da consolidação da nossa principal indústria agrícola. Pas-

semos da exploração extorsiva, característica da primeira fase, para a intensiva, reorganizemos as nossas fazendas, nelas introduzimos o necessário equilíbrio entre a exploração animal e vegetal; entre áreas de pastagens, as destinadas ao reflorestamento e as reservadas ao cultivo de plantas perenes e anuais nelas introduzindo, dessa forma, os principais do uso racional do solo; recuperemos parte dos nossos cafezais velhos pelas replantas, pela adubação e pelo uso dos métodos mais adequados de combate a erosão; tratemos da formação de lavouras novas, cientificamente conduzidas, utilizando somente selecionadas, plantando em curvas de nível e adubando-as convenientemente; formemos, em zonas apropriadas, os "pomares de café" de tamanhos adequados e, o que também é essencial, melhoraremos, dentro das possibilidades, os métodos de colheitas e de preparo do produto, a fim de que possamos concorrer nos mercados mundiais, com um volume cada vez mais crescente de cafés de fina qualidade".

Tais palavras, proferidas por um técnico abalizado e profundo conhecedor de nossos problemas agrícolas, focalizam bem o problema e traçam o roteiro para que possamos enfrentar a crise que fatalmente chegará.

Sómente o trecho acima transcrito, da magnífica aula inaugural do Dr. Carlos Arnaldo Kzug, justifica a oportunidade do Curso Post-graduado de Café que se realizava no Instituto Agrônomo de Campinas, no período de 15 de Abril a 30 de Junho do corrente ano.

AULAS

As aulas estiveram a cargo de especialistas de renome como os Engenheiros Agrônomos. C. A. Kzug, Alcides Carvalho, Herminio A. Filho, Antonio J. T. Mendes, Dalvos M. Dedecca, Geraldo C. Mello Ayres, Waldy de Oliveira, J. E. Paiva Neto, Rudolfo Schneider, E. A. Granez, José Luiz V. Rocha, Helió J. Scaranari, Ferdinando R. P. Moraes, Coaracy M. Franco, Renato Amilcare Catani, J. Q. A. Marques, José Bertonio, G. B. Barroto, Andre

Tosello, Ahmés P. Viégas, Jacob Bergamin, Helio S. Lapage, João Alcisi Sobrinho, Otavio T. M. Sobrinho, Ruy Miller Paiva, Oscar Tomazini Ettore, Sebastião G. da Silva e Walter Lazzarini.

As aulas teóricas abrangeram os seguintes assuntos:

- 1 — Sistemática do gênero Coffea — Distribuição geográfica — Principais espécies — Variedades comerciais de Coffea arábica.
- 2 — Citologia das espécies de Coffea; importância desses estudos para o melhoramento do cafeeiro.
- 3 — Pesquisas genéticas em café
- 4 — Melhoramento do cafeeiro
- 5 — Sistema de produção e distribuição de sementes selecionadas;
- 6 — Solos das zonas cafeeiras;
- 7 — Climas das zonas cafeeiras;
- 8 — Viveiros — Semeação e transplantação;
- 9 — Método de plantio;
- 10 — Fisiologia do cafeeiro;
- 11 — Características dos adubos aplicados na Lavoura cafeeira;
- 12 — Adubação orgânica e mineral;
- 13 — Sombreamento;
- 14 — Conservação do solo em cafezal;
- 15 — Irrigação do cafezal;
- 16 — Práticas agrícolas — formação da planta — Limpeza, desbaste, poda, carpas, etc.;
- 17 — Mecanização da lavoura;
- 18 — Molestia do cafeeiro;
- 19 — Broca e outras pragas do café;
- 20 — Inseticidas utilizados na Lavoura cafeeira;
- 21 — Colheita, preparo por via seca e armazenamento do café;
- 22 — Preparo do café por via úmida;
- 23 — Formação da fazenda de café;
- 24 — Reorganização da fazenda de café;
- 25 — Método de fomento;
- 26 — Divulgação agrícola;
- 27 — Custo da produção;
- 28 — Comércio de café — Classificação comercial;
- 29 — Situação econômica mundial do café.

Além disso, convém destacar ainda a aula inaugural da instalação do curso, ministrada pelo Eng. Agr. C. A. Kzug, Diretor do Instituto Agrônomo de Campinas, que foi uma sistese da cafeicultura no Brasil.

As aulas práticas, ministradas em laboratórios na Estação Experimental Central de Santa Elisa, na Fazenda S. Quirino e em Bragança, versaram sobre os seguintes assuntos:

- 1 — Sistemática do gênero Coffea (duas aulas);
- 2 — Anatomia do cafeeiro;
- 3 — Genética do cafeeiro;
- 4 — Melhoramento do cafeeiro (três aulas);

- 5 — Viveiros de café;
- 6 — Métodos de plantio;
- 7 — Adubação orgânica;
- 8 — Adubação mineral;
- 9 — Conservação do solo;
- 10 — Irrigação em cafezal;
- 11 — Práticas agrícolas — formação da planta — Limpeza, desbaste, poda, carpas, etc.;
- 12 — Mecanização da lavoura;
- 13 — Pragas do cafeeiro;
- 14 — Preparo do café por via seca;
- 15 — Preparo do café por via úmida;

Foram realizadas ainda numerosas e proveitosas excursões para exame in loco, dos problemas relacionados com a produção de café.

Os alunos receberam ainda, de todas as aulas, um resumo mimeografado, constituindo a coleção de apostilhas distribuídos numa moderna e bem traçada monografia cafeeira.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura tivemos oportunidade de estudar, no próprio Instituto Agrônomo de Campinas, a organização e a orientação dado ao referido curso, não só através da palavra entusiasta do Diretor, Dr. C. A. Kzug, como também, através da palavra de professores e de entrevistados que nos foram concedidas pelos alunos.

Foi magnífica a nossa impressão.

O curso preenchem, na realidade, as suas elevadas finalidades.

O planejamento feito, correspondem, na prática o que dele se esperava.

A primeira turma de Prof. graduados de Cafeicultura, após um período intensivo de estudos teórico e práticas em laboratórios e campos experimentais e excursões pelas zonas cafeeiras, está em condições de imprimir novos e sadios rumos à lavoura cafeeira.

Oxalá não faltem recursos ao Instituto Agrônomo de Campinas para que ele possa prosseguir realizando, pelo menos um vez por ano, em curso semelhante ao que com tanto sucesso acaba de concluir e, bem assim, instalar novos cursos de post-graduados para engenheiros agrônomos.

A lavoura algodoeira, a citricultura, etc., estão merecendo, também, igual tratamento, e o velho Instituto Agrônomo de Campinas, sempre novo em suas pesquisas e experimentações está aparelhado para ministrar cursos de post-graduados em citricultura, cotonicultura, etc.

A primeira iniciativa foi coroada de êxito. Tivemos oportunidade de constatar o entusiasmo e o devotamento dos professores ao lado do interesse, dedicação e aplicação dos alunos.

Existe o ambiente propício para a repetição do curso ministrado e a instalação de novos cursos.

Que sejam dados os indispensáveis recur-

sos materiais para que o Instituto Agrônomico de Campinas possa prosseguir na trilha que enveredou, é o que desejamos, nós agrônomos, que nos dedicamos aos assuntos relacionados com o ensino agrícola.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que há mais de 50 anos se preocupa com o ensino agrícola no país congratula-se com o Instituto Agrônomico de Campinas e com o Instituto Brasileiro do Café pela feliz iniciativa, cujos frutos, em breve serão colhidos.

Os que concluíram o Curso Post-graduação de cafeicultura imprimirão novos rumos à cultura cafeeira e o Brasil, com sua economia apoiada na cafeicultura, estará em condições de enfrentar, galhardamente, a futura bata-

lha para a conquista de mercados consumidores.

Mais uma vez é oportuno transcrever palavras do Eng. Agrônomo Carlos Arnaldo Kzug.

“O que precisamos é preparar verdadeiro exército de agrônomos especializados em cafeicultura, que possam prestar uma assistência técnica segura aos nossos lavradores, em sua gigantesca tarefa de recuperação de nossa indústria cafeeira”.

O primeiro núcleo já está formado. Que venha, agora, o exército.

Paulo Afonso e a produção de Azoto Sintético

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA — Dirigiu ao Sr. Dr. Antonio José Alves de Souza — Presidente da Companhia Hidroelétrica, do São Francisco, o seguinte ofício:

“Como é do conhecimento de V. Exa., a situação econômica e social do Brasil está exigindo no atual momento um programa bem planejado de elevação da produtividade agrícola, muito principalmente pela assistência técnica à numerosa classe rural, de que um dos setores mais importantes está representado pela recuperação da fertilidade do solo em vista dos baixos rendimentos culturais. Impõe-se para isso intensificar-se a prática da conservação do solo agrícola e da adubação, esta em bases racionais e econômicas, bem assim melhorar a exploração das jazidas minerais do País; mas como não dispomos de jazidas de nitratos capazes de fornecer a quantidade exigida pelo esgotamento de nossas terras, teremos de nos aparelharmos para a produção de azoto sintético, desde que tenhamos usinas elétricas com a energia suficiente e a preços acessíveis. Ora, dessas usinas, sem dúvida, mais potente será a Hidroelétrica de Paulo Afonso, cuja organização foi confiada a V. Exa. e ilustres engenheiros nacionais.

Esta Sociedade, que tem a honra de contar com V. Exa. como membro do seu Conselho Superior, vem, pela sua Diretoria, solicitar o exame da possibilidade de, através o potencial elétrico da usina de Paulo Afonso, cuidarmos da produção de azoto sintético, de

que a amônia anidra (AA) em suas aplicações na agricultura norteamericana, está, ao que estamos informados, proporcionando de modo notável, a elevação da sua produtividade.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Exa. os nossos protestos de muita consideração e elevada estima.

(a) Arthur Torres Filho — PRESIDENTE

LAVRADOR

SE EM TEU MUNICÍPIO NÃO EXISTE ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA, TOMA A INICIATIVA E FUNDA UMA. PEJE INSTRUÇÕES À SECRETARIA DA S.N.A.

A produção e abastecimento de Leite das cidades de Recife e Olinda por meio de Cooperativas

O problema de abastecimento de gênero alimentícios das grandes cidades brasileiras, constituem preocupação de todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados ao mesmo.

Entre estes, o leite, figura em primeiro plano, pelo seu alto valor alimentício, seu necessário consumo, por fazer parte imprescindível da boa e higiênica alimentação.

Algumas tentativas foram feitas no sentido de abastecer a cidade do Recife da quantidade necessária deste alimento.

Estas tentativas não foram objetivas, apenas visaram um imediatismo, a nosso ver incompreensível, porque não tinha uma organização técnica econômica baseada em princípios capazes de manter um ritmo normal de fornecimento.

O que se fez foi uma mistura onde se mantinha o empirismo, dos centros de maior criação do Estado, ligado a organização moderna, que chocando-se seus princípios não podiam sobreviver aliadas.

O problema econômico era mais profundo, não bastava coletar e defender comercialmente o leite, desde que a produção não fôra paralelamente organizada para o fim desejado, esta era como ainda é orientada empiricamente para manter uma rotineira industrialização tradicional, na região antes citada e, por este motivo principal veio o fracasso.

O mesmo erro existe no bastecimento do Distrito Federal, onde a população dispõe apenas de 141 gramas de leite por habitante e por dia, quantidade esta altamente deficiente.

Foi organizada uma rede de 40 Cooperativas nas zonas próximas dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, ligadas a uma Central, cujo objetivo principal de cada uma

é: "unindo os criadores de vacas leiteiras residentes na zona de operação da sociedade, promover a mais ampla defesa de seus interesses econômico e, em particular, beneficiar e vender em comum a produção de leite dos seus rebanhos, assim como adquirir por conta dos mesmos, artigos e materiais destinados à indústria da criação".

Nesta, como na tentativa feita em Pernambuco, a organização da produção foi despresada, continuando rotineira e economicamente precária.

O resultado é o perene conflito entre as

ENG. AGRÔNOMO

Alcides Osório de Mendonça (*)
Serviço de Economia Rural

Cooperativas, representadas pela Central e os órgãos controladores dos preços de venda dos gêneros e utilidades

É que a produção é cada vez mais deficitária, bastante para provar que em 1951 o custo de produção do litro de leite era em média Cr\$ 2,99 e atualmente é de Cr\$ 4,10, advindo um verdadeiro desentendimento provocado pela pretensão das Cooperativas, em obter melhores preços e a oposição da COFAP em atendê-las tendo em vista que o poder aquisitivo dos consumidores não comporta aumento.

No inquérito realizado em 1951, verificou-se que são necessários 12.500 metros quadrados de terras para manter uma "unidade bovina", isto significa que sendo o valor naquela região de Cr\$ 5.000,00 o hectare, o capital fundiário terra é de Cr\$ 6.250,00 e que o juro anual deste é de Cr\$ 375,00 (quadro n.º 2).

Ainda mais, que em média a produção por cabeça e por dia é de 2 litros, em consequência da má qualidade do pasto e do gado.

Estas citações provam o que afirmamos, de que órgãos modernos para, como é o caso, eliminar os intermediários por si só não resolvem o problema, se não fôr feita a organização da produção.

Com estas ligeiras considerações passamos a expor o plano que estudamos para abastecer a capital do Estado de Pernambuco e a cidade de Olinda, eliminando os inconvenientes observados anteriormente.

Escolhemos Municípios na zona litoral-Mata, ou seja a da cultura da cana de açúcar, em vez do Sertão onde anteriormente foi procurado o leite.

Nos Municípios escolhidos a criação de bovinos é pequena e não existe a tradição dos da outra zona, assim sendo poderá ser organizada a produção, que como vamos demonstrar, além da do leite necessário, servirá para a recuperação das terras "em descanso" e melhoramento do rendimento por hectare da cultura da cana de açúcar.

A área cultivada de cana de açúcar, nos

Municípios escolhidos, é de 41.722 hectares e a estimativa da área "em descanso" é de 83.444 hectares (quadro n.º....), este é um peso morto, ou melhor o juro do capital fundiário terra, sobrecarrega o custo da produção da cidade cultura por muitos anos, até que possa novamente ser aproveitada, quando as mesmas "convertidas em pasto" (não deixadas para pasto), seria recuperada e ao mesmo tempo beneficiária a área cultivada pelo adubo que fornecerá a mesma.

Além disto as terras "em descanso", convertidas em pasto, recuperadas, podem ser empregadas em rotação com as atuais cultivadas e dêste modo o agricultor terá sempre terras férteis, com um rendimento por hectares muito maior que o atual.

O Serviço de Conservação do Solo da Secretaria da Agricultura dos Estados Unidos da América, em trabalho publicado sobre o assunto de autoria de William X Hul, Primeiro Técnico em Conservação do Solo, preconiza o aproveitamento das terras chamadas cansadas convertendo-as em pasto, para sua recuperação dizendo: "Os pastos de gramíneas e leguminosas perenes, em rotação com culturas capinadas, produzem, conseqüentemente safras maiores. Em primeiro lugar, a aração de um bom pasto aumenta a disponibilidade de elementos nutritivos. Em segundo lugar, torna-se mais favorável às condições que dizem respeito à umidade. Em terceiro lugar, reduz-se a maioria das moléstias e pragas. Em quarto lugar, reduz-se as pardas do solo. É portanto, sobretudo evidente que a formação de uma boa pastagem equivale a depositar dinheiro no banco, com a certeza de auferir juros e com absoluta garantia do capital".

Outra conveniência dos Municípios escolhidos é a curta distancia que os separa da Capital e as vias de comunicação existentes, compreendidas por estradas de ferro e rodovias (veja quadro n.º....) e planta anêxa.

O plano de produção do fornecimento de leite para o Recife, foi baseado proporcionalmente na área cultivada por cana de açúcar em cada um dos Municípios escolhidos, promovendo assim o principio de recuperação das terras "em descanso" e fertilização, com estrume produzido, as que estão sendo cultivadas.

Para o estrume calculamos uma produção de 5 toneladas por ano para cada unidade bovina. Transformando-se todo o gado nas diversas idades em um total de 325.776 cabeças, em 210.850 "unidades bovina", o que corresponde a 1.054.250 toneladas de adubo.

Esta produção de adubo, é o colhido somente durante a noite, desde que o criador obrigue o gado a dormir preso o que poderá ser feito em abrigos no campo devidamente cimentado, cobertos e com as respectivas camas de palha.

Teremos, portanto, como sub-produtos (quadro n.º....) o seguinte:

Estrume 1.054.250 toneladas á	
Cr\$ 500,00	Cr\$ 527.125.000,00
Couros de animais que morrem	
10.882 á Cr\$ 200,00	Cr\$ 2.176.400,00
Bezerros machos vendidos ao	
nascer 48.821 á Cr\$ 600,00	Cr\$ 29.292.600,00
Animais, retirados impresta-	
veis para reprodução e pela	
esleção 13.848 á Cr\$ 1.500,00	
Cr\$	20.772.000,00

TOTAL: Cr\$ 579.366.000,00

Valor, acima, dividido pelo total anual do leite (quadro n.º....), calculado 5 litros diários por vaca, produção esta que deve ser sustentada, teremos para diminuir, mesmo que seja mantido o atual custo de produção de Cr\$ 4,10, a importância de Cr\$ 2,95, reduzido portanto o custo para Cr\$ 1,15.

A quantidade de leite calculado para abastecimento foi de 500 gramas por habitante, a recomendada como ideal e boa alimentação da população.

Consideramos que o custo da produção seria mantido o atual, porém isso não deverá acontecer, senão vejamos em ligeira comparação, tomando por base somente os juros do capital fundiário terra e o capital circulante fixo vacas e touros.

O valor das terras, "em descanso", pelo inquérito que o Serviço de Economia Rural está fazendo, nos Municípios do plano é de Cr\$ 4.500,00 por hectare.

Assim sendo temos:

Valor das Terras	Cr\$ 316.273.500,00
Juros: 6% ao ano	Cr\$ 18.976.410,00
Valor das vacas	Cr\$ 1.061.520.000,00
Juros: 7% ao ano	Cr\$ 74.306.400,00
Valor dos touros	Cr\$ 55.820,00
Juros: 7% ao ano	Cr\$ 3.907.400,00

TOTAL: Cr\$ 97.190.210,00

Para obter a quantidade de leite necessária, nas condições atuais de criação, seriam necessários:

Vacas	267.883
Touros	89.294
Gado em criação em diversas idades	470.749
Cabeças	827.925

ou sejam "unidades bovinas" 529.871

Considerando que em Pernambuco a lotação dos pastos é de 0,6 "unidade bovina" por hectare (a projetada é de 3 unidades), seriam necessários 899.788 hectares de terreno, assim sendo temos:

Valor das terras	Cr\$ 4.049.325.000,00
Juros: 6% ao ano	Cr\$ 243.941.950,00
Valor das vacas	Cr\$ 535.764.000,00
Juros: 7% ao ano	Cr\$ 37.503.480,00
Valor dos touros	Cr\$ 89.294.000,00
Juros: 7% ao ano	Cr\$ 6.250.580,00

TOTAL: Cr\$ 286.696.010,00

Os juros, conforme está demonstrado, é maior tendo em vista que os do plano correspondem a 35,0% ao das condições atuais.

Exposto acima, esquematicamente e nos quadros anéxos o plano para a criação, vejamos como seriam organizados os produtores.

Seria constituída pelo Governo uma Comissão composta de:

- 1 — agrônomo Chefe
 - 1 — assistente veterinário
 - 11 — agrônomos regionais
 - 4 — veterinários regionais
- Pessoal burocrático.

Os Agrônomos regionais seriam destacados um para cada Município dos relacionados no plano e se incumbiriam de:

1.º) — reunir os plantadores de cana de cana de açúcar constituindo entre eles, em cada Município uma Cooperativa com os seguintes objetivos:

- 1) A Cooperativa terá por objetivo principal a defesa econômica dos seus associados, para o que observará o seguinte programa de ação, realizado por Secção distintas, de acôrdo com as suas necessidades econômicas e criatórias:
 - a) — organizar, melhorar e desenvolver a exploração pastoril dos associados;
 - b) — elaborar, beneficiar, industrializar, quando possível, e vender os produtos e sub-produtos, instalados o aparelhamento necessário;
 - c) — promover a venda dos produtos e sub-produtos dos associados;
 - d) — promover o melhoramento das pastagens de modo a tornar racional a exploração pastoril dos associados;
 - e) — promover a compra de reprodutores, materiais para construções rurais, arames, medicamentos e outros produtos úteis ao exercício da exploração pastoril dos associados;
 - f) — manter campos experimentais e cooperação em proveito das explorações pastoril dos associados, estudando principalmente o melhoramento das plantas forrageiras, a fecundidade, qualidade reprodutoras, dos animais destinados a produção do leite;
 - g) — manter serviços de assistência zootécnicas e veterinárias;
 - h) — manter serviço de insininação artificial destinado a fomentar e a melhorar pelo aperfeiçoamento dos rebanhos dos seus associados;
 - i) — colaborar na realização de concursos ou exposições que estimulem o melhoramento pecuário;

- j) — promover os meios para que as explorações de seus associados se enquadrem na técnica racional proporcionando-lhes as instruções e os elementos necessários;
 - l) — manter um serviço de informações sobre tudo quanto disser respeito aos interesses da pecuária e indústrias correlatas;
 - m) — criar uma secção de crédito, a fim de fazer financiamentos aos associados, podendo contrair empréstimos em instituições bancárias, mediante autorização do Conselho de Administração, no interesse do desenvolvimento e melhoramento da exploração pastoril dos associados;
 - n) — tomar tôdas as iniciativas permitidas por lei que habilitem a defesa dos interesses dos seus associados e da pecuária em geral.
- 2.º) — organizada a Cooperativa, dar assistência aos futuros criadores, colaborar com a Secção de Zootécnica para o planejamento da criação de cada um.

Os veterinários regionais prestarão assistência veterinária e sanitária ao grupo de Município para que forem designados.

As cooperativas uma vez fundadas e instaladas o seu primeiro trabalho será de organizar, com a cooperação do Agrônomo Regional o plano de criação para cada um dos seus associados, dentro do esquema geral traçado.

Depois de instaladas as Cooperativas a Comissão organizará a Central.

Uma vez traçados os planos o Governo providenciará a assistência financeira necessária, através de estabelecimentos de crédito, ou verbas especiais, a fim de que seja executado dentro do prazo que fôr possível.

Esta assistência não pode ser planejada neste esquema, dependendo das possibilidades dos futuros criadores.

A execução deste trabalho seria tão grandiosa e benéfica quanto foi o de Saneamento e Abastecimento de Águas do Recife desde que seja realizado com a mesma austeridade, energia e dedicação.

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

Cooperativismo e Educação

Por FÁBIO LUZ FILHO

— Como encara o problema fundamental da educação cooperativa?

— A educação cooperativa é um dos aspectos do movimento cooperativo mundial que mais vem merecendo acurada atenção. Na América do Sul o tema assume particular acuidade, dadas as suas conhecidas condições de meio. Não só urge que se criem futuros cooperadores, ativos e conscientes, como é imprescindível que se aprimorem os quadros dos militantes, dando-lhes mais acentuado senso gregário, despertando-lhes a consciência cooperativas, ministrando-lhes um conhecimento mais nítido de seus direitos e deveres sociais, uma penetração maior no substrato dotruinário do sistema econômico-social que o cooperativismo admiravelmente encarna.

— E como alcançar isto?

— De várias formas. A Oficina Internacional do Trabalho, recentemente, acaba de se manifestar através da palavra de seus "experts" cooperativistas, conhecedores das peculiaridades dos países subdesenvolvidos. Não nos envergonhemos dessa condição de país subdesenvolvido, por mais que essa expressão choque nosso sentimento patriótico, pois é sabido, e isto o reafirmou, recentemente, o professor Moisés Poblete Troncoso, que a estrutura econômica de tãda a América Latina é fundamentalmente agrária, constituindo o binômio terra-trabalho o ponto de partida da sua economia rural, numa situação ainda mui aproximada da das célebres "encomiendas" o da do colonialismo sesmeiro... Resta-nos o conselho da universalidade dessa condição, triste mas superável, sobretudo nos países bolivianos.

Dizem êles, com razão, que, nesses países, o cooperativismo constitui, em larga medida, uma forma essencialmente prática do ensino da economia política de todos os dias, dada a circunstância de ser ela uma ciência difícil de ser inculcada como matéria de ensino escolar, de resultados práticos imediatos, não podendo ser-lhes indiferentes os poderes públicos. Daí o cooperativismo escolar, por que me bato desde 1931, o qual vai justamente modelar um material receptivo e maleável, as as crianças, futuros bons cooperadores, arautos da idéia nova entre os próprios adultos no período escolar e pós-escolar, sem falar no seu alcance quanto aos valores de formação da personalidade da criança, nos seus vários aspectos, sobretudo intelectuais, morais e cívicos.

A disciplina escolar é, como o acentuou meu saudoso pai, por si mesma, uma imposição de princípios, repetidos até penetrar no

inconsciente, garantidos pela autoridade do mestre. O mestre deve vir apenas para ajudar o aluno a conquistar a liberdade, isto é, a diminuir, nas raías do possível, los liames que limitam a liberdade.

Em assuntos de educação cooperativa não devemos perder de vista tão sábios conselhos, partidos de quem dedicou quase tãda a sua fecunda vida, como médico, pedagogo, romancista e pensador, às crianças e aos que sofrem. Já o frisamos em "Cooperativas escolares". A antropagogia, isto é, a educação fora da escola e da família, é também preocupação constante do movimento cooperativo.

— E que meios utilizar?

— São meios utilizados mundialmente, fontes que se situaram, inicialmente, na Suécia; os cursos intensivos e extensivos, discussões em grupo, clubes de estudos, demonstrações, comunicados, cartazes, folhetos, livros, revistas, jornais especializados, os métodos audiovisuais, de tão grande poder sugestivo, para o que contamos com o inestimável apôio do S. I. A. E isto no domínio de interferência do poder público, de vez que, nos países de avançada civilização cooperativa, como a Suécia e outros, isso tudo fica a cargo das Uniãos ou Federações, com sua autosuficiência, sua autodeterminação, emancipadas as cooperativas do amparo oficial. Mas, a formulação dos problemas em países da América do Sul tem que ser feita em outros termos, em outras bases, dadas as nossas condições de meio, sobretudo o estágio de imaturidade de nossas populações rurais. Para estas, há tempos, pelas colunas do "Correio da Manhã", aludí à necessidade dos projetos-pilotos como instrumentos de formação de líderes rurais. Em conferência que pronunciei em Recife, em maio p.p., na 2.ª Reunião de Consulta às Cooperativas promovida pelo Serviço de Economia Rural e integrada pelos técnicos oficiais e pelos delegados de centenas de cooperativas de sete Estados nordestinos, aventei êsses aspectos de fundamental importância, aludindo ao problema da presença do Estado no plano cooperativo, e as limitações convinháveis, em face das nossas chocantes realidades sociais, e de uma longa experiência de quase trinta anos.

— Existe algum plano estabelecido?

— Como sabe, tanto o Serviço de Economia Rural, como os Departamentos estaduais de cooperativismo, com uma ou outra exceção, entre os quais incluirei São Paulo, lutam, há anos, com lamentável falta de elementos materiais e humanos de ação. Temos feito o que nos é possível num esforço que precisa

ser melhor conhecido. Fora de meus livros e dos de Valdiki Moura, Luiz Amaral, etc., editados por empresas editôras conhecidas, livros com repercussão no estrangeiro, o mais tem sido ingente labor de divulgação oficial, numa eterna luta com falta de verbas e material humano indiferentes e alheamentos...

— Mas com o suplemento de dotação e com um Ministro sãbiamente cooperativista, não será possível intensificar o trabalho?

— Sim, e já lançamos as bases de um trabalho inicial a ser realizado, por etapas. Não é possível tudo fazer de uma vez. Nosso plano vai ter sua primeira aplicação nos centros urbanos, num como teste, de vez que, em rigor, em tais moldes, é a primeira tentativa no sentido de interessar o já numeroso corpo de associados do Distrito Federal por um maior conhecimento de técnica cooperativa. Será um trabalho educativo de esclarecimento dos quadros de associados das cooperativas de consumo do Distrito Federal, numa ação conjunta com o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, de que sou presidente. Pretendemos também solicitar a colaboração dos assistentes sociais, cujo trabalho meritório tem consonância com o nosso labor e cuja atuação junto a numerosos e densos agrupamentos sociais poderá ser de fecundos resultados.

Será longo enumerar, numa entrevista, todo o programa elaborado. Mas em linhas gerais consiste em, por meio de preleções, discussões, etc., ministrar os conhecimentos específicos necessários a administradores, gerentes e associados, quer no que tange às bases doutrinárias, legais e jurídicas do sistema cooperativo, quer quanto ao campo prático da gestão, inclusive o cooperativismo escolar, dentro, claro, por enquanto, das limitações impostas pelas contingências a que me já referi; mas serão, pelo menos, lançadas as bases de realizações futuras de maior envergadura quando isto fôr possível, sobretudo com a criação do Departamento Nacional de Cooperativismo. E quando virá ele?...

O plano será executado seguindo-se o critério aconselhável: a escola dos campos de aplicação e de interesse, extensivos, mais tarde, ao meio rural, pelos projetos-pilotos ou projetos testemunhos, delimitados o domínio da pesquisa ou os meios de ação adequados, a necessária estruturação de centros de formação.

A experiência estender-se-á, depois das cooperativas, a outras esferas: às autarquias e aos seus conjuntos residenciais, em articulação com as assistentes-sociais desses aglomerados, etc.

As disciplinas terão seu desdobramento prudente e progressivo talvez possam ser, no futuro, mantidos cursos intensivos periódicos, quer pelo Serviço de Economia Rural (tudo dependendo de uma ampliação, em quantidade e qualidade, dos atuais quadros de funcionários), quer mesmo pelas próprias cooperativas, numa tentativa de se fechar o ciclo das relações entre os cooperadores e as coope-

rativas, o que tanta falta vem fazendo ao movimento cooperativo brasileiro, sendo disso um reflexo o vazio das assembleias em terceiras convocações, os dirigentes carismáticos, a indiferença pela atuação de entidades culturais como o Centro Nacional de Estudos Cooperativos, etc., etc., e outras demonstrações de um estágio de imaturidade, que deve ser superado.

O assistente-social dará, no campo cooperativo, aplicação analógico ao princípio e o método norteadores de sua ação específica, dentre eles os meios de ação ou a técnica que deve utilizar no plano educativo, observadas tendências e reações, o que comandará a orientação futura.

O plano, por enquanto, visa aos centros urbanos, devendo ser modificado, claro, para as comunidades rurais, e contém as linhas mestras, que deverão ter seus competentes desdobramentos no tempo.

Rio — Setembro de 1954

(De uma entrevista a jornais cariocas)

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1243

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.:
33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.": 7257

— SÃO PAULO —

Crédito e Assistência Rural

Eng. Agr. Arthur Torres Filho

Enquanto economistas nossos e até mesmo técnicos, preocupados com os problemas de carência alimentar, preconizam a adoção de uma reforma agrária para a modificação da estrutura agrícola no Brasil, a Missão Klein & Sacks, contratada pelo nosso Governo para planejamento da indústria alimentar, apresentou relatório ao Ministro da Fazenda e, como resultado de suas demoradas investigações, concluiu que **"o Brasil produz o alimento de que necessita"**.

Entretanto, uma grande tarefa temos a realizar nos meios rurais, visando levantar o nível de vida de nossas populações. Com êsse objetivo, múltiplos programas têm sido estabelecidos, tanto de caráter educacional, como econômico, e os resultados até agora alcançados ainda não são de molde a aconselhar um instrumento através do qual, com a colaboração dos próprios interessados, seja obtida a desejada melhoria social e econômica do meio rural brasileiro, em suas várias modalidades.

Julgo oportuno fazer uma referência especial aos resultados que, entre nós, estão sendo obtidos desde 1949 pela American International Association for Economic and Social Development (A.I.A.), organização essa presidida pelo Sr. Nelson A. Rockefeller que, pelo crédito supervisionado, tem levado o auxílio individual e intensivo a pequenos agricultores no Estado de Minas Gerais e está realizando uma obra notável de assistência social e técnica.

O que convém assinalar é que o sistema usado nos Estados Unidos, vem, entre nós, proporcionando aos pequenos agricultores, assistência técnica e ensino coletivo das comunidades, por intermédio de equipes treinadas, com resultados insofismáveis, que se estendem a milhares de famílias, em vários municípios do Estado de Minas Gerais.

A assistência técnica e educacional abrange grande variedade de ensinamentos, desde a melhoria do lar pelo ensino doméstico, até o das modernas técnicas agrícolas.

É com satisfação que vejo, no nosso meio rural, obtidos resultados que representam bases de um verdadeiro programa de recuperação para o agricultor brasileiro.

"SELEÇÕES AGRICOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção: Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes

Assinatura anual .. Cr\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26 - 12.º — Tel.: 32-6163
RIO DE JANEIRO

BRASIL

NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES

CONCURSO DE HORTAS

Realizou-se, com grande sucesso, no dia 4 de Julho, o concurso de Hortas organizado pelo Rotary Clube de Santo Amaro, no Estado de São Paulo, que contou com a colaboração de 107 hortas. Entre outros foram oferecidos prêmios para as categorias de Hortas Domiciliares (1.º ao 5.º lugar) e de Horta Escolar, conquistada pelo Instituto metodista.

VI EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS DE SÃO JOÃO DA BÔA VISTA

Inaugurou-se no dia 5/7/1954, em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, a VI Exposição de Animais e Produtos Derivados, que alcançou da mesma forma que as anteriores, indiscutível êxito.

PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Foi nomeado presidente do Instituto Brasileiro do Café o Sr. Raul Diederichsen, diretor do Departamento de Cafeicultura da Sociedade Rural Brasileira.

CURSO POST-GRADUADO DE CAFEICULTURA

Encerrou-se, no dia 10 de Julho, em Campinas, Estado de São Paulo, o I Curso Post-Graduado de Cafeicultura que foi frequentado por 48 engenheiros Agrônomos. O Curso, ministrado no Instituto Agrônomico de Campinas, sob os auspícios do Instituto Brasileiro do Café, contou com a colaboração de destacados professores recrutados no próprio Instituto Agrônomico de Campinas, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

PRODUÇÃO DE CAFÉ NA ÍNDIA

Foi de 29.000 toneladas a última safra de Café da Índia, segundo as informações divulgadas pela Junta Indiana de Café.

V EXPOSIÇÃO PECUÁRIA DE FORMOSA

Realizou-se, no período de 27 a 29 de Junho sob os auspícios da Associação Rural de

Formosa, Estado de Goiás, a V Exposição Pecuária do referido município, que contou com a colaboração do Ministério da Agricultura, do Secretário de Agricultura de Goiás e da Prefeitura Municipal de Formosa.

VII SEMANA DO FAZENDEIRO

Realizou-se, no período de 18 a 29 de Junho, com grande sucesso, a VII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural, localizada no Km. 47 do Estado Rio-São Paulo.

I SEMINÁRIO DE ASSUNTOS COOPERATIVOS

Realizou-se em Julho, no Estado de São Paulo como parte das comemorações do Dia da Cooperação, o I Seminário de Assuntos Cooperativos onde foram abordados os seguintes temas fundamentais: 1.º) princípios informativos do cooperativismo; 2.º) educação; 3.º) capital; 4.º) administração; e 5.º) as cooperativas e sua função social.

I EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS DAS RAÇAS INDIANAS

Como parte das solenidades comemorativas do 4.º centenário da cidade de Barretos, no Estado de São Paulo, realizar-se-á, na referida cidade, a I Exposição de Animais das Raças Indianas.

TRABALHO SOBRE EROSAO

A Sul America, conhecida companhia de seguros, instituiu, em 1953, um prêmio de Cr\$ 50.000,00 para a melhor obra sobre o problema da erosão. Entre os trabalhos concorrentes colocou-se em primeiro lugar o do Eng. Agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, do quadro técnico do Ministério da Agricultura.

REGISTRO DE AGRICULTURA

Segundo dados divulgados, o número de lavradores inscritos no respectivo registro do Ministério da Agricultura, atingiu a 85.000 no ano de 1953.

II CONGRESSO NACIONAL ALGODOEIRO

Realizou-se, no período de 27 a 30 de Junho em cruzeta dos Currais Novos, Rio Grande

do Norte, o II Congresso Nacional Algodoeiro, onde foi debatido amplo e oportuno temário. O conclave terminou com a coroação da Rainha do algodão.

28.^a EXPOSIÇÃO REGIONAL DE ANIMAIS

Em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, realizar-se-á, de 23 a 25 de Outubro, a 28.^a Exposição feira. Na mesma ocasião realizar-se-ão, no mesmo local, outras tradicionais exposições como a 12.^a Exposição Brasileira de Gado Holandês e a 4.^a Exposição Oficial de Gado Jersey.

MOTOBOMBAS NO CEARÁ

Segundo dados divulgados, foram distribuídos no Ceará, de 1949 a 1953, através da Secção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, 417 motobombas, sendo que 181 sob regime de cooperação e 236 revendidas aos lavradores.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS

O Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos, concedeu ao Estado de Minas Gerais um empréstimo de 5.000.000 de dólares para a compra de tratores e outras máquinas agrícolas para revenda pelo referido Estado,

visando a intensificação da mecanização da lavoura.

SEMANA RURALISTA EM TRINDADE

Realizou-se, no período de 26 a 31 de Julho, em Trindade, Estado de Goiás, uma Semana Ruralista, que congregou elevado número de agricultores e pecuaristas. Durante a referida Semana, o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, promoveu um Curso Rápido de Indústrias Caseiras, que alcançou indiscutível êxito.

POSTOS DE CRIAÇÃO DE TRUTAS

A Divisão de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura, instalará em Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quatro Postos Experimentais de Biologia e Criação de Trutas.

AMPLIAÇÃO DA COLEÇÃO DO MUSEU DE CAÇA E PESCA

É cada vez mais elevado o número de espécimens do museu de Caça e Pesca, do Ministério de Agricultura, que se encontra instalado no 4.^o andar do Museu de Caça e Pesca, na Praça Quinze de Novembro, Rio de Janeiro.

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

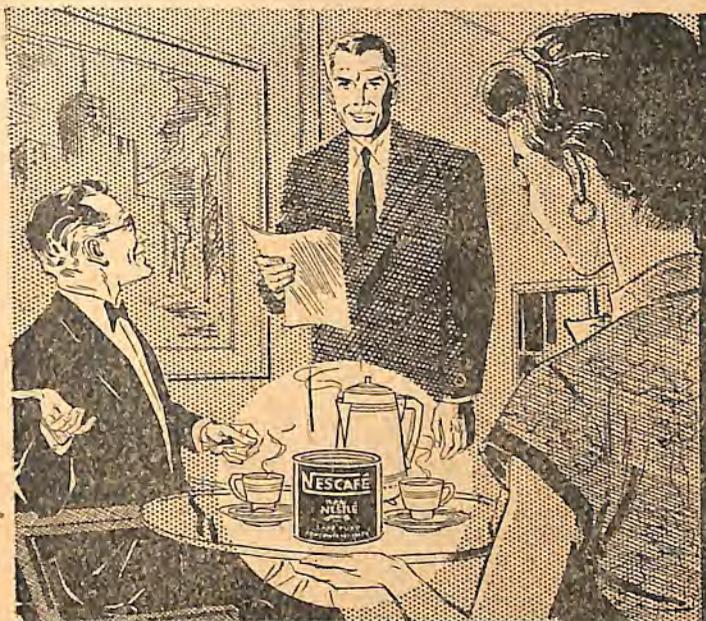
Vacinas Manguinhos

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO



"E agora...
vamos tomar um cafèzinho?"

*Antes, durante
ou depois de
um bom negócio,
êste é o convite
bem brasileiro*

O cafèzinho é um traço marcante de cordialidade e o fecho feliz de muitas transações comerciais! Ao homem de negócio, cuja preocupação é distinguir os seus amigos e clientes, nada melhor que lhes oferecer em seu próprio escritório um gostoso cafèzinho *feito num instante*. Nescafé - tão fácil de preparar - tem o verdadeiro gôsto do café porque é feito com café da mais alta qualidade.

**Nescafé... feito num instante
e em qualquer lugar!**



Criação de Consciência Política no meio Ruralista

FERNANDO C. RIET

A imprensa tem registrado a miúdo, manifestações positivas do cabanheiro Fernando C. Riet, de crítica à posição de alheamento a que se tem chamado a classe rural em relação aos fatos políticos de interesse vital para o Rio Grande do Sul.

Reafirmando esse ponto de vista, aquêle conhecido líder ruralista acaba de dirigir aos criadores e fazendeiros do Estado a seguinte proclamação:

"Sabemos todos que a riqueza básica do Rio Grande do Sul está assentada na sua pecuária e na sua lavoura. Estas são as forjas onde se elabora a coluna mestra da economia do nosso Estado.

São os pecuaristas e são os colonos agricultores espalhados por toda imensidade do nosso território, os artífices forjadores dessa riqueza. Com o fruto do seu trabalho, nobre, fecundo, anônimo e silenciosamente construíram para o orgulho de todo brasileiro, o Rio Grande do Sul atual, em franca e decisiva marcha para a frente, em demanda do seu destino, pleno em sua riqueza econômica, e pleno em sua riqueza moral.

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, foi criada pelos forjadores dessa riqueza, com a finalidade da agremiação da classe, e como órgão da representação e defesa dos elevados e impessoais interesses econômicos e sociais dos pecuaristas e dos colonos agricultores. No artigo 3.º de seus Estatutos diz que uma das finalidades da Federação é estimular e promover a articulação dos elementos da classe rural, com o fim de organizar uma força moral e materialmente capaz de realizar as justas aspirações do Rio Grande do Sul rural, defendendo integralmente seus direitos e interesses.

Têm conseqüentemente, os dirigentes da FARSUL a grande responsabilidade de zelar pela defesa dos interesses econômicos, sociais, e também morais, de toda a coletividade pecuarista e colonial, que integram a numerosa família dos produtores da terra sul-riograndense. Na época da fundação da FARSUL, que foi a continuação da benemérita "União dos Criadores", existiam praticamente em nosso Estado, somente dois partidos políticos, e ambos de ambiente estadual: o Partido Republicano e o Partido Federal.

Os integrantes de um e outro destes partidos, que poderia afirmar-se saídos e cultuados ambos nas cinzas dos fogões das fazendas dos nossos antepassados, estavam conseqüentemente constituídos por homens possuidores de uma forte consciência ruralista, pois que estavam ligados ao campo por indissolúveis laços de tradição, de família e de amizades. É lógico pois, que naquela época da fundação da Federação Rural não se cogitasse de qualquer manifestação política, dentro de sua sede, pois que ambos os partidos existentes, eram tradicionalmente gaúchos.

Da mesma forma procedia o Clero, mantendo-se completamente à margem de qualquer interferência ou manifestação de caráter político.

Porém hoje, nesta época que atravessamos, com um mundo convulsionado; com sérias perturbações e mutações que o comovem; com fortes infiltrações de forças ocultas, dirigidas desde o estrangeiro com a finalidade de socialização de esquerda, provocando pela incitação das massas uma franca luta de classes, atirando o trabalho contra o capital, atirando as populações urbanas contra a classe rural, com a finalidade de perturbar a harmonia existente no seio da família, sul-riograndense; ... hoje em que a demagogia campeia em todas as partes, explorando com fins eleitorais o facciosismo político que dominam os espíritos dos menos esclarecidos nas épocas pré-eleitorais, não será mais possível à Federação Rural, no cumprimento do elevado mandato que lhe conferiram seus fundadores, como órgão de defesa dos elevados e impessoais interesses econômicos, sociais e também morais dos produtores sul-riograndenses, não poderá ficar à margem como simples espectador, frio e cúmplice indiferente, ante essas conjunturas políticas de renovação dos homens do poder público.

Assim também opina e sábiamente age o Clero. A elevada função do Clero está encaminhada para a boa orientação espiritual dos homens, através do seu culto ao Divino Criador, — não obstante, e ó ante das contingências do mundo atual, com seus possíveis reflexos em nossa vida social, e como defesa contra o desencadeamento das forças do mal, encontrou ser necessário a experiência da Liga Eleitoral Católica como meio de interferência de elevada política pura, nos pleitos eleitorais.

Ora!... não será mais possível também à classe rural, por intermédio de sua Entidade máxima, continuar a ficar indiferente ante um pleito eleitoral, quando na integração das casas legislativas, poderão estar completamente ausentes os homens de confiança das classes produtoras.

Essa indiferença é a responsável pelos seguidos e prolongados ataques, que desde a Assembléa se tem feito à classe rural, acusando os fazendeiros, na demagogia da carne, de exploradores da fome dos menos favorecidos das populações urbanas. Devemos ser completamente contrários à interferência ou infiltração político-partidária, dentro do ruralismo; porém devemos todos trabalhar no sentido de criar uma verdadeira e compreensiva consciência ruralista, dentro de todos os partidos políticos, porque são eles os instrumentos de que dispomos para organizar os parlamentos, onde são discutidos os interesses da própria classe.

Estas são as considerações justificativas do manifesto, que submeto à apreciação serena e sem animosidades dos senhores produtores.

Não submeto a aprovação ou reprovação da classe rural, minha intenção é somente levar este

manifesto ao julgamento íntimo, sereno; a um julgamento despido de qualquer facciosismo de política partidária da consciência de cada um dos senhores ruralistas, pois que, se amanhã, com a renovação dos homens do poder público, e para infelicidade nossa se repetirem impunemente os desprezíveis ataques à nobre classe dos produtores da terra sul-riograndense, eu estarei quites com a minha consciência ruralista. Será a Entidade máxima da classe quem fracassou em alguma das suas funções.

Pecuaristas e Colonos Agricultores: — diz o Centro Cívico e Social da Produção, que:

“A ausência nas esferas governamentais de homens esclarecidos, sobre a realidade objetiva dos nossos diversos problemas econômicos e sociais, poderá determinar um agravamento da nossa situação, trazendo como consequência sérios abalos à economia nacional; provocando um maior encarceramento da vida; o erário público em dificuldade; a iniciativa privada paralisada; a produção em decadência; a desconfiança generalizada, dominando os espíritos; o operariado reclamando aumento de ordenados, e as ideologias de esquerda incidindo sobre eles.

Nós, os produtores, os que sentimos com intensidade esses problemas; que conhecemos os reflexos que se projetam não somente no setor econômico em que atuamos, senão também na vida social, no nosso lar, no lar do trabalhador, e nos lares de todo esse conjunto de classes que chamamos povo, não poderemos ficar indiferentes ante a próxima conjuntura política. Eis porque nossas classes produtoras deverão preocupar-se em levar ao poder público, somente aqueles homens que mereçam a nossa confiança, e que estejam capacitados dos nossos problemas, e que, mesmo não sendo técnicos em leis econômicas, atendam aos reclamos e indicações das nossas classes produtoras, pois estas, estando em contato direto com a experiência, garantirão o acerto desses eleitos, os que assim estudarão no estudo e solução dos nossos problemas, com o critério e bom senso, concordantes com o bem público.

Nós os homens da produção, devemos influir mais decisivamente com a nossa experiência e com nosso espírito prático, na solução dos problemas político-econômicos nacionais, que dizem respeito com nossa classe.

E para conseguirmos isto, devemos atuar mais diretamente junto às diretorias dos partidos políticos, na escolha dos homens, a quem daremos o nosso voto. Devemos estar bem atentos nos momentos pré-eleitorais, em que a efervescência política mova os espíritos; onde os homens se deixam empolgar pelos seus partidos, e dão seus votos a candidatos por eles indicados, sem uma idéia objetiva de sua elevada função como cidadão eleitor, esquecendo esta obrigação cívica e somente se preocupando com o triunfo político do seu partido.

Esta disciplina político-partidária, que faz o cidadão-eleitor dar o seu voto algumas vezes a pessoas, que lhe são completamente desconhecidas, é a responsável da heterogênea integração das casas legislativas, onde sabemos que não são todos os votos eficientes e capacitados.

Ante a gravidade do momento atual em que forças ocultas dirigidas do exterior atuam no sentido de socialização de esquerda, nós, os produtores, na defesa dos interesses econômicos e sociais da produção que são interesses nacionais, devemos deixar um pouco de lado a política partidária, e olhar mais para os homens, sejam estes de qualquer partido político, e devemos encarar, por só-lhe mais nada, de que são brasileiros.

Devemos pensar, que no poder público, não são os partidos políticos, que atuam na defesa dos interesses econômicos e sociais do povo, e sim, os homens que o integram. E estes homens dignos, estes homens capacitados e eficientes, estes homens que honram os elevados cargos que investem, defenderão, não os interesses dos homens do seu partido político, senão com uma visão objetiva, mais elevada e patriótica, defenderão os interesses econômicos e sociais de todo o nosso Estado, cujo povo está integrado por homens de todos os partidos políticos.

Política é a arte de bem governar o Estado, a obrigação cívica do eleitor é dar o seu voto à pessoa que lhe merece a confiança de que contribuirá para o bom governo do Estado; isto é patriótico; é política pura.

Procedendo desta forma, faremos obra patriótica, e teremos no poder público autênticos representantes das classes produtoras, homens livres de disciplinas político-partidárias, e compenetrados de que, defendendo os interesses sociais e econômicos da produção, se defende e se garante um porvir de poder econômico e grandeza moral do nosso Estado.

É necessário para isto, senhores ruralistas, a agremiação de nossa classe. É necessário, senhores ruralistas, que pensemos e meditemos: que se nos deixarmos levar pelas paixões políticas que dominaram os espíritos nos momentos pré-eleitorais, e não atendermos a nossa consciência econômica ruralista, seremos os culpados da ausência nas esferas governamentais de homens esclarecidos e capacitados, para defender os interesses econômicos e sociais da produção. Devemos atentar assim de que, se a classe agropecuária riograndense não der aos homens, como esses mencionados e outros que possam ser indicados e que mereçam a confiança da nossa classe, uma elevada votação, já que os mesmos, pelos seus trabalhos dedicados aos problemas agropecuários, já são considerados como seus representantes, estaremos dando uma demonstração franca potencialidade da nossa classe, e mais, o que é mais grave ainda, daremos uma demonstração de que os ruralistas sul-riograndenses não têm condições de se fazerem representar nos parlamentos, como acontece nos países mais adiantados, e assim, incapazes de criar os seus próprios meios de defesa nos momentos difíceis, em que se jogam na feitura das leis, os próprios destinos da coletividade agrícola e pecuária.”

A LAVOURA

AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
A MAIS ANTIGA REVISTA
NO BRASIL

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Em sessão da Diretoria, o presidente Prof. Arthur Torres Filho fez a seguinte comunicação:

A ESTRUTURA AGRÁRIA E O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

Quando a missão norte-americana Klein & Saks, contratada pelo nosso governo e que funcionou no Ministério da Fazenda junto à Comissão Nacional de Desenvolvimento Industrial apresentou relatório de suas pesquisas e concluiu de que "o Brasil produz o alimento de que necessita" e que a solução da carência alimentar reside em se "combater o desperdício", calculado em 30%, parece-nos de oportunidade, por nos acharmos com o novo governo preocupado com a elevação do custo da vida, indagarmos se as recomendações daquela Comissão estão sendo postas em obediência a algum planejamento.

O Plano Salte se acha em execução e quais os resultados por êle proporcionados?

Trata-se de um Plano aprovado pelo Congresso Nacional, de execução pronta e cuja duração seria de cinco anos. Esse Plano, estudado com o máximo cuidado no governo Dutra, tinha por objetivo trazer elementos vitalizadores da economia nacional, não só para atender à situação interna como à exportação.

Em conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura, o antigo Diretor do Serviço de Economia Rural, Dr. Julio Cesar Covello, demonstrou os cuidados que presidiram à elaboração do Plano Salte no setor da alimentação e os que seria lícito esperar da recuperação da economia nacional nas bases estabelecidas.

Posteriormente, vimos surgir um movimento reformista em que eram preconizadas modificações da estrutura agrícola do país, mediante a chamada reforma agrária, que seria providência salvadora para a abundância alimentar.

Em 1953, tivemos o Seminário Latino-Americano sobre problemas da terra, que se realizou no Instituto Agronômico de Campinas, patrocinado pela Organização das Nações Unidas, e pelo Governo do Brasil. Esta, foi uma reunião essencialmente técnica, com o objetivo de pôr em prática as resoluções referentes às estruturas agrárias.

Ocorre assinalar que pelo Congresso Nacional transita um projeto de Reforma Agrária e sobre êle já se pronunciaram até mesmo

entidades representativas da classe agrônoma, como a Sociedade Paulista de Agronomia.

Diante do pronunciamento da Missão Klein & Saks, que conclue afirmando que "o Brasil produz o alimento de que necessita", parece-nos já agora, mesmo em face dos resultados do censo agrícola realizado pelo Serviço de Recenseamento, em 1950, estarmos habilitados ao reexame do Plano Salte, onde isso se fizer preciso, para que o problema alimentar, que é crucial, por seus aspectos econômico e, sobretudo, social, corresponda às necessidades e ao desenvolvimento demográfico do Brasil.

Com os estudos já realizados até aqui e sem perturbações para a classe rural, afigurase-nos podermos prosseguir na obra de reerguimento rural, estabelecendo-se o equilíbrio entre a indústria e a agricultura na economia nacional, causa da intranquilidade existente.

PROGRAMA DOS AGRICULTORES DA FRANÇA

Todos os que, animados de pruridos reformistas, se fizeram adetos da chamada reforma agrária em nosso país como panacéia para o fomento da produção agropecuária, ou melhor, da nossa reconstrução econômica-financeira, vêm com grande oportunidade o programa agrícola de Pierre Mendès-France, que acaba de proclamar a necessidade do reagrupamento da propriedade rural na França como uma das técnicas mais eficazes "para permitir à agricultura seu pleno rendimento". Esse ilustre estadista declara que "a França devia voltar ao hábito de vender seus produtos agrícolas ao estrangeiro", e que "o poder público deve garantir o escoamento da produção no interior e no exterior". Não era cabível que o Estado comprasse produtos onerosos no estrangeiro. E proclama o jovem estadista francês, falando aos agricultores: "Sois os soldados do interesse nacional e será principalmente o vosso esforço que permitirá à França recuperar o nível e o papel que deve ter no concerto das nações". Essas palavras, dirigidas a um povo de sentimento profundamente radicado ao cultivo sagrado da terra, servem de advertência para nós em relação à questão agrária brasileira, que é principalmente regional e não deve nem pode ser comprometida em seus destinos com medidas ou legislações de caráter reformista no que tange à propriedade rural.

Ainda agora vemos a comissão norte-americana Klein & Saks, em relatório sobre o problema da alimentação no Brasil, apresentado ao Ministro da Fazenda, declarar que "o Brasil produz o alimento de que necessita, e declara mais que com exceção de parte do trigo, se acha apto a atender às necessidades domésticas e organizar um comércio de exportação de muitos produtos com os excedentes.

Se é certo que essa comissão faz algumas recomendações com relação aos transportes, ao armazenamento, à frigorificação, ao beneficiamento e ao auxílio do crédito aos agricultores,

não é menos certo que não preconiza alterações da estrutura agrária do país que venha afetar o regime legal existente. A Missão Klein & Saks procurou identificar causas que dificultam a circulação e a distribuição dos produtos de alimentação. Como o proclama o Primeiro Ministro francês, o que cabe é tranquilizar os agricultores para que possam produzir, garantir-lhes o escoamento e a colocação satisfatória do que produzem. Esse é precisamente o problema essencial para a agricultura brasileira e o concurso que dela necessita o Brasil no momento atual.

Contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura á II Reunião de Consultas às Cooperativas

TÉCNICOS PARA AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

1. Considerando ser de toda conveniência que as Cooperativas de Produção disponham de técnicos para que os seus cooperados sejam convenientemente orientados para a produção em bases racionais e econômicas;

2. Considerando que seria de grande alcance fossem esses técnicos vinculados aos interesses dos próprios cooperados;

3. Considerando, finalmente, que os filhos dos cooperados seriam os mais indicados para esse mister;

Propomos a seguinte Indicação:

"A II Reunião de Consulta às Cooperativas recomenda que as Cooperativas de Produção, de acordo com suas disponibilidades, sempre que possível, institua bolsas de estudos destinadas aos filhos de cooperados que desejarem cursar escolas agrícolas e aproveitem ao mesmo tempo, mais tarde para o fomento da produção dos cooperados em bases racionais e econômicas".

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da Escola de Horticultura Wencelão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura

LEVANTAMENTO DO CUSTO DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA

1. Considerando que a agricultura deve ser praticada, visando sempre fins econômicos para que os lavradores possam viver condignamente;

2. Considerando ser de toda a conveniência o levantamento do custo da produção nas diferentes regiões agrícolas do país;

3. Considerando, finalmente, que as Cooperativas de Produção devem conhecer o real custo da produção de seus cooperados;

Propomos a seguinte Indicação:

"A Segunda Reunião de Consulta às Cooperativas recomenda que as Cooperativas de Produção façam um levantamento do custo da produção de seus cooperados a fim de que melhor possa orientá-los na distribuição de crédito agrícola, na racionalização do trabalho, no melhor de venda de seus produtos."

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Obs.: A presente indicação foi enviada, como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura á II Reunião de Consulta às Cooperativas promovida pelo Serviço de Economia Rural e realizada em Maio, no Estado de Pernambuco.

Dr. Antonio de Arruda Camara



Foto tirada quando falava Fábio Luz. De pé, o homenageado e senhora, com a netinha.

Foi tocante a homenagem que, a 18 de agosto, recebeu Arruda Câmara no gabinete do diretor do Serviço de Economia Rural, no momento em que se despedia dos companheiros de trabalho, em virtude da sua aposentadoria.

Em nome do SER e como mais antigo chefe de Seção, falou inicialmente o sr. Fábio Luz Filho, em palavras que traduziam o sentimento de todos ante o afastamento daquele companheiro que, por tanto anos, trouxe a contribuição do seu esforço pessoal ao desenvolvimento da campanha cooperativista e associativista no país. O sr. Fábio Luz Filho falou, também, em sua qualidade de presidente do CNEC. Adiante divulgamos o seu apreciado discurso.

A seguir, usaram da palavra os srs. Honorato de Freitas, em nome do ministro Apotado Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural e Brasileira; o sr. João Maurício, em nome do Estado da Paraíba e dos antigos

colegas da Escola de Pinheiros; o agrônomo Seabra e mais dois funcionários do SER, todos expressando a mágoa deixada pelo afastamento do velho companheiro, aliás merecido, após tantos anos de luta árdua e profícua em favor dos seus ideais. Ao homenageado foi oferecido um sugestivo bronze simbolizando a vitória do trabalho, recebendo sua digna esposa, sra. Guiomar Arruda Câmara, uma linda corbelha de flores naturais.

O DISCURSO DO SR. FÁBIO LUZ FILHO

“Quis a mínima gentileza de meus companheiros de trabalho que, neste momento, fôsse eu, na minha desvalia, o apresentador de sua mensagem de emoção. Levou-os a isto, certamente, o nosso longo conhecimento, que data dos saudosos tempos de estudante em Pinheiro, a diuturnidade de nosso convívio, e a circunstância de ser eu o mais antigo chefe de seção deste Serviço, cuja célula-mater foi a Seção de Crédito Agrícola do ex-Fomento Agrícola Federal, Este estava então sob a

clarividente direção desse ilustre técnico e digno cidadão que é Arthur Torres Filho, e aquela inicialmente dirigida por você em 1926, e, em seguida, por mim, de 1927 a 1933, quando se deu a sua primeira transformação, que culminou na atual estrutura do Serviço de Economia Rural, que, com Tórres Filho, traçamos, senso artístico dos funcionários deste em 1939, com o arcabouço de um departamento, mas reduzido em suas linhas mestras por decisão superior.

Como vê, foi bem escolhida, pelo Serviço, e outros que trouxeram sua contribuição espontânea, a estatueta que ora lhe oferecemos, para que materialize, em sua lembrança, esta justa homenagem.

Sua operosa passagem, Arruda Câmara, por vários e complexos serviços do Ministério da Agricultura, como todos o sabem, foi sempre de trabalho incessante. Já sua colaboração a Arthur Tórres Filho (de que foi você, com o saudoso Cralos Duarte e outros, competente auxiliar) bastaria para assinalar suas qualidades de inteligência e de capacidade técnica, e essa sua dedicação ao trabalho sem desfalecimentos, essa soma de préstimos que o serviço público lhe deve, se no curso do tempo, outros fatores não pudessem ser balanceados e incorporados ao quadro de seus serviços profissionais.

Esta estatueta é a simbolização do triunfo ao fim da jornada longa, o prêmio do lidador que vai, merecidamente, repousar, deixadas as lidas e tribulações funcionais, pululante, nos dias de hoje, e exigindo decisão e ânimo forte para serem inírentadas e superadas, quando se tem espírito público.

Como sabe o caro colega, encanecido, como eu, nessas lidas funcionais, sempre procuramos caminhar juntos, apesar dos tropeços e incompreensões que sempre surgem no perlongar dessas jornadas, cortadas de revezes, mas também de vitórias compensadoras.

Como companheiro, que fomos, de Arthur Tórres Filho, Saturnino Brito, Sarandí Raposo, Adolfo Gredilha e outros idealistas de boa polpa, e integrantes, que somos, há anos, da Sociedade Nacional de Agricultura e do Centro Nacional de Estudos Cooperativos, (de que sou presidente e que se associa a esta homenagem) teríamos apostado os princípios que o cooperativismo encarna e essas instituições defendem, se não tivéssemos permanecido trilhando esses caminhos.

E' sabido que o símbolo universal do cooperativismo é quele representado por dois pinheiros verdes geminados, dentro de um círculo verde sobre fundo dourado. Os pinheiros simbolizam a perenidade da vida, alcançada pela conjugação de esforços para a sobrevivência. O círculo, de sabor pitagórico representa o mundo, na amplitude de seu âmbito, que abarca a plenitude das coisas. O verde representa o princípio vitar que rege os sércos; e o fundo áureo traz à lembrança a luz solar com todo o seu poder fecundante, fonte preciosa de energia para o mundo.

Dêsse belo símbolo há uma influência imperativa, a que não podemos fugir. E' ele uma espécie de signosa mão, sob cujos influxos desejamos que o Brasil continue. E penso que estará ele presente, lá fora, ao seu espírito, presado companheiro, como necessidade incoercível da hora que passa, numa continuação de esforços que se não devem anquilosar enquanto houver forças capazes de dinamizá-los.

Nós permaneceremos aqui dentro, a dar o bom combate.

Assim, pois, Arruda Câmara, desejamos que leve para o conchego de seu lar esta estatueta, como recordação da benquerença de seus companheiros de trabalho, que sempre o intelectuaisrh-cdixl reconheceram como possuidor de atributos intelectuais e morais, detentor de grande capacidade de trabalho, dedicação à coisa pública e valor profissional.

Permita, pois, que ao lhe oferecer, concretize num abraço, a emoção desta despedida".

Encerrando a solenidade, usou da palavra o sr. Joaquim Tavares, atual diretor do SER, que disse ficar tranquilo se, ao deixar a direção daquele órgão, pudesse merecer a compensação de uma pequena parcela daquela consagração a que assistia, prestada a um servidor probo, capaz e cheio de realizações.

Ao ato compareceram elevado número de funcionários de outras dependências, diretores de Departamentos e Institutos, pessoal do gabinete do ministro da Agricultura, além de considerável número de amigos pessoais do homenageado, inclusive o secretário-geral do CNEC.

Profundamente emocionado, o sr. Arruda Câmara expressou o seu agradecimento, lendo palavras que a todos sensibilizou, sobretudo porque todos reconheciam que lhe era difícil afastar-se de uma família a que pertencera por mais de trinta anos, servindo-a diuturnamente, com a maior dedicação e espírito público.

Discurso do Sr. Arthur N. Seabra

PARA nós, os acontecimentos deste dia são tamanhos, que ficarão indelévels em nossos corações. E, em verdade, podereis sentir, transparecendo no semblante dos que aqui se encontram, a satisfação, o júbilo com que partilham desta solenidade.

E não se poderiam sentir de outra forma, porque durante a vossa vida, onde quer que vos achasseis, em situações difíceis ou em encontros memoráveis, o vosso trato, a vossa compreensão, as vossas palavras, foram sempre da mais pura e fraternal dedicação.

Na vossa grande, imensa, sublime e apostolar devotação à causa pública, nunca a descrença vos feriu o coração. Nunca vos abateram as fadigas e os sofrimentos. Postes daqueles que souberam transformar os espinhos em flores e as palmas dos martírios em lauréis de glória.



Nesta foto aparece o bronze oferecido pelos funcionários do SER ao Dr. Arruda Câmara.

Ao contempla, neste momento, a vossa venerável pessoa, lembro-me de uma passagem da Última Ceia, em que Jesus, escudado apenas na sua grande humildade e com espanto de todos os seus discípulos, despiu a túnica singela e cingiu-se com uma toalha, à moda dos escravos mais infimos, a serviço dos seus senhores. E como se fossem dispensáveis as palavras, naquela hora decisiva de exemplificação, tomou de um vaso de água perfumada e, ajoelhando-se, começou a lavar os pés dos discípulos. Antes o protesto geral em face daquele ato de suprema humildade, Jesus repetiu o seu imorredouro ensinamento:

— Vós me chamais Mestre e Senhor, disse Ele, e dizeis bem, porque eu o sou. Se eu, Senhor e Mestre, vos lavo os pés, deveis igualmente lavar os pés uns dos outros no caminho da vida, porque no Reino do Bem e da Verdade o maior será sempre aquele que se fez sinceramente o menor de todos.

Dr. Arruda Câmara, como vosso discípulo e como vosso assistente, nos dias mais agitados e gloriosos de vossa vida pública, posso eu afirmar: Fostes o exemplo renovador dos ensinamentos do Divino Mestre, e não foram poucas as vezes em que tivestes sabedoria e prudência, para deter a conspiração contra o bem, afastando dos caminhos da vida os lobos sinistros da iniquidade.

E' pois com orgulho que, ante a evocação gloriosa da vossa vida pública, e o amanhecer esperançoso e precursor de uma nova era, para o vosso futuro, celebramos, com emoção

transbordante e que enche a atmosfera deste recinto, a magnificência e grandeza deste dia, histórico e inesquecível para nós.

E agora, quando já estais desfrutando, na tranquilidade do vosso lar, os louros da vitória, nós, que herdamos os vossos exemplos e nos inspiramos na vossa obra, desejamos, num tributo da nossa mais pura gratidão, numa reverência de vívida emoção, dizer-vos:

— Que bemaventurado seja, em vós, o Mestre, que proscrevendo os métodos errados, pontificou e ensinou em nome do bem e da verdade; que bemaventurado seja, em vós, o companheiro e amigo, que generoso e nobre, soube sempre compreender e respeitar as nossas aspirações; que bemaventurado seja, em vós, o Chefe, simples e sem vaidade, mas que foi grande no saber e maior ainda na bondade evangélica de um santo.

Discurso de D. Vera Monteiro de Barros

Dr. Arruda, Exma. Família, Senhor Diretor, meus colegas e todos os presentes:

Depois de ouvirmos os nosso colegas Dr. Fábio Luz e Dr. Arthur Seabra nas suas palavras tão bem traduzidas não podia deixar de, como funcionária mais velha, da minha parte e das minhas colegas, aproveitar o momento para homenagearmos também sua digníssima esposa e querida netinha. Uma simbolizando a vitória de sua carreira, sempre acompanhando os seus passos, e a outra, a alegria e a Glória de sua vida, que é a sua principal preocupação.

Recebei, pois, D. Guiomar, estas singelas flores, prova de nossa grande admiração, e a você, Ivany, querida de todos nós, este pequenino mimo, que valor de certo não tem, mas encerra muito querer bem, muitos votos de felicidades ao lado dos seus Papais e Vovos.

Ao Dr. Arruda, algumas singelas palavras, são palavras ditadas pelo coração e pela grande amizade que lhe dedico, desde os bancos escolares. São palavras de agradecimento e gratidão, pelo muito de bondade e dedicação, que sempre distribuiu, a todos os servidores deste Serviço, desde o menor ao mais graduado, sempre atendendo à todos, com seu acolhedor e simpático sorriso, próprio de um coração bondoso e altruísta, como todos, tiveram ocasião de receber, toda vez, que a Ele recorriam, nos momentos de problemas, que, a vida nos oferece diariamente.

Não nos despedimos do nosso querido Dr. Arruda, uma vez, que, para aqueles que sempre conviveram com harmonia e compreensão, não existe distância. Não nos despedimos, porque Ele ficará sempre lembrado, graças a tudo de bom, que, aprendemos durante a sua nobre e atenciosa atuação como Diretor deste Serviço.

Profundamente agradecidos estamos, e nada mais posso dizer, uma vez que desconheço melhores palavras que expressem, o que somente os nossos corações sentem. Sensibilizados, agradecemos sua dadivosa ajuda, em todos os sentidos, e aqui, irmanados num só pensamento, pedimos a Deus que derrame sobre sua Pessoa, as mais venturosas bênçãos, para o nosso contentamento e sua felicidade Pessoal.

Discurso do Sr. Antonio de Arruda Câmara

Desejaria ser menos rústico, inteiramente libertado de inibições matutas para, nessa oportunidade sem par, nesse ambiente afetivo, dizer com espontaneidade e de maneira a mais expressiva e convincente, como e o quanto sinto afastar-me do vosso fraternal convívio.

Confesso jamais haver pensado promovêssem os presados colegas e amigos essa reunião de despedidas.

E' uma generosa gentileza, — gesto cativante, bondade que torna a despedida mais penosa, e até difícil, do que seria simplesmente, terminadas as férias em cujo gozo me achava, não comparecer ao trabalho hoje, amanhã, depois, nunca mais... por haver sido aposentado.

Obriga-me a generosidade do gesto.

Não me foi possível evitá-lo, mas, asseguro, também não será possível esquecê-lo.

Com o correr do tempo, a medida do aumento do número de anos de serviço e da correspondente conquista de garantias e vantagens, sentimos, com a impressão indefinida de vago receio, aproximar-se a época da aposentadoria.

E' chegado, então, o momento do preparo para enfrentá-la com a necessária, a indispensável naturalidade.

Ajudaria o saber envelhecer...

Ajuda, porém, real e efetivamente, o ambiente que só a delicadeza dos companheiros de trabalho é capaz de proporcionar.

Felizmente deixo o serviço público sem a impressão de desencanto.

Decepções, porventura havidas, foram passageiras, não chegaram a deixar vestígios e nem penosas recordações.

Eis a confissão que, ao fim de 37 anos referidos como funcionário do Ministério da Agricultura, faço sem a preocupação de agradar.

Com alegria e satisfação verdadeiras considero exato o resultado do balanço e justa a conclusão.

Esta alegria e satisfação verdadeiras considero exato o resultado do balanço e justa a conclusão.

Esta não é fruto da "acentuada dose de otimismo" que algumas vezes me tem sido atribuída.

O balanço foi minucioso e honesto a sua interpretação.

Não.

Não é otimismo, é, no meu conceito, realidade.

No trato com os companheiros de trabalho procurei, sempre, compreendê-los.

Na colocação de um quadro habituei-me a procurar a melhor exposição... aquela que pareça realçar-lhe beleza.

Na apreciação de uma paisagem, jamais desprezei o ângulo favorável, um bom efeito de luz.

Cada vez que revejo a paisagem que me é familiar, descubro nela novos motivos de atração.

E' natural, portanto, mesmo sem o auxílio de óculos coloridos, que as causas estejam, ou pareçam, bem.

E tudo estaria bem nessa reunião se não se revestisse ela do caráter de homenagem, que, em sã consciência, sinto, reconhecer não merecer.

Seja, porém, como querem... resta-me, apenas, obedecer.

Cabe-me apresentar a todos e a cada um, aos seus bondosos oradores, os nossos agradecimentos, — os de Guiomar, minha esposa, os de Ivany, a nossa neta, e os seus próprios, no momento em que me apercebo da extensão da falta, da enorme falta que vou sentir do convívio de meus presados companheiros.

Ao meu ilustre sucessor, o meu presado colega e amigo Dr. Joaquim Tavares, os aplausos merecidos pela orientação que vai imprimindo ao SER e os agradecimentos pelas cativantes e renovadas atenções, e ainda, por estar presente, prestigiando e presidindo a esta reunião de companheiros de trabalho.

Ao Centro Nacional de Estudos Cooperativos, Sociedade Nacional de Agricultura e a Confederação Rural Brasileira, especialmente representados, os meus sinceros agradecimentos.

A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL

COMO CONTRIBUIÇÃO SUA PARA OS TRABALHOS DA III CONFERÊNCIA RURAL, A SE REALIZAR EM SÃO PAULO DE 6 A 12 DE DEZEMBRO PRÓXIMO, PROMOVIDA PELA FARESP. POR DELEGAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, OFERECIU A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, DENTRO DO "ROTEIRO" UNIDO DEMAIS ÓRGÃOS FEDERATIVOS DO PAÍS, O TRABALHO QUE A SEGUIR SE INSERIRÁ. DE SUA ORGANIZAÇÃO FOI INCUBIDO O DIRETOR TÉCNICO GERALDO GOULART DA SILVEIRA, QUE LOGROU VÊ-LO APROVADO PELA DIRETORIA

I — ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1) Número de Engenheiros Agrônomos prestando serviços de fomento aos agricultores, comparado com a área cultivada.

É satisfatório o número de engenheiros agrônomos prestando serviços de fomento aos agricultores do Distrito Federal, comparado com a sua área cultivada.

De fato, existem trabalhando nesse setor, 34 engenheiros agrônomos, assim distribuídos:

a) — 9 engenheiros agrônomos na Seção de Fomento Agrícola Federal, localizada em Campo Grande;

b) — 25 engenheiros agrônomos nos seis postos Agrícolas da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Considerando-se que a área cultivada no Distrito Federal é de aproximadamente 20.000 hectares e que para a prestação de serviços de fomento agrícola a essa área existem 34 engenheiros agrônomos pagos pelos poderes públicos, obtém-se a percentagem de um agrônomo para cada 600 hectares.

Se essa média fôsse mantida para todo o território nacional, que somente para as 29 culturas principais, apresenta uma área cultivada de 1.944.815 hectares, seriam necessários, pelo menos, 33.241 engenheiros agrônomos para o serviço de fomento agrícola. Sabendo-se que o número de engenheiros agrônomos registrados na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário não ultrapassa de 5.000, segue-se que só para o serviço de fomento agrícola seria necessário um número de engenheiros agrônomos superior a seis vezes o número desses profissionais registrados no Ministério da Agricultura. É preciso lembrar que, no Distrito Federal, existem numerosos outros agrônomos prestando serviços ao Ministério de Agricultura e à Secretaria de Agricultura — aque não computados em virtude da natureza das atividades ser de ordem geral.

CONCLUSÕES

10.º) É satisfatória a relação entre o número de en-

genheiros agrônomos e a área cultivada no Distrito Federal;

20.º) Há um elevado deficit de engenharia agrônomos em nosso País;

30.º) É muito pequeno o número de engenheiros agrônomos no quadro do Ministério da Agricultura.

2) Suprimento em volume, de sementes selecionadas, e de meios de inseminação artificial em relação com a área cultivada das diferentes espécies vegetais e com o rebanho existente.

Foi o seguinte, no ano de 1953, o suprimento, em volume, de sementes hortícolas distribuídas gratuitamente aos lavradores do Distrito Federal, pelo Ministério da Agricultura (Seção de Sementes, do Fomento Agrícola), pela Secretaria de Agricultura (Departamento de Agricultura e pela Sociedade União dos Agricultores:

QUANTIDADE EM QUILOS

ESPECIES	M.A.	S.A.	S.U.A.	Total
Abóbora	—	—	—	—
Abóbora Italiana	60	120	—	180
Acelga	—	30	2	52
Agrão d'água	10	60	2	72
Alface	15	2	—	17
Beterraba	30	22	4	56
Beringela	—	20	2	22
Brocolis	40	20	1	61
Cebolinha	—	5	—	5
Cenoura	40	15	—	55
Chicória	60	496	3	559
Centro	50	20	5	75
Couve	100	120	—	220
Ervilha	80	90	5	175
Espinafre	50	60	—	110
Feijão de vagem	80	12	—	92
Grão	—	20	—	20
Maxixe	—	50	—	50
Mostarda	—	3	—	3
Nabo	25	95	3	123
Pepino	—	12	—	12
Pimentão	50	20	1	71
Quiabo	—	310	—	310
Robinete	—	50	3	53
Repolho	40	80	1	121
Tomate	50	100	2	152
Salsa	5	10	2	17
Milho híbrido	—	15	—	15
Alho-poró	30	—	—	30

Conforme se verifica, foram distribuídas aos la-

vradores do Distrito Federal, **2.713 quilos de sementes de hortaliças.**

Considerando-se que a área cultivada ocupada por canteiros é de 1.146.412 m², verifica-se que a distribuição de sementes hortícolas, em 1953, foi de **1 quilo para cada 731 metros quadrados** (considerando-se, apenas, as plantas hortícolas cultivadas em canteiros, isto é, alface, acelga, nabo, beterraba, cebolinha, chicória, coentro, salsa, couve, rabanete, espinafre, etc.).

CONCLUSÕES

a) é um problema da mais alta relevância a distribuição aos pequenos lavradores, de sementes selecionadas e de alto poder germinativo e fineza;

b) essa distribuição deve ser feita tanto quanto possível, através de órgãos de classe, como Associações Rurais, Cooperativas de Produção, etc.;

c) a distribuição de sementes hortícolas aos lavradores no Distrito Federal, vem sendo feita em bases razoáveis.

3) Importância relativa dos serviços de defesa sanitária vegetal e animal, medida pelo número de técnicos ocupados na prestação deste tipo de assistência.

Comparado com o que acontece com o número de técnicos ocupados com a prestação de serviços de fomento aos agricultores, o de técnicos ocupados com os trabalhos de defesa sanitária vegetal, prestando assistência direta aos lavradores, é pequena.

Trabalham neste setor, prestando assistência técnica direta aos lavradores, **7 engenheiros agrônomos** (5 do Ministério da Agricultura e 2 da Secretaria de Agricultura), o que representa, para uma área cultivada de aproximadamente 20.000 hectares, um **técnico para cada 2.857 hectares.**

Assim mesmo, mantida essa proporção para, apenas a área cultivada do território nacional com os 29 produtos principais (área de 19.944.815 hectares), seriam necessários 6.989 engenheiros agrônomos para o setor de defesa sanitária vegetal, o que vem demonstrar, mais uma vez, a grande carência de técnicos para a agricultura no Brasil.

CONCLUSÃO

É pequeno o número de engenheiros agrônomos prestando assistência direta de defesa sanitária vegetal no Distrito Federal.

4) Número de capatazes, condutores de serviços, tratoristas, etc., que tendo cursado escolas práticas de agricultura, prestam serviços na região. Número e capacidade efetiva de escolas proporcionando esse tipo de educação profissional (número de alunos que terminam anualmente os cursos).

Trabalhando nos serviços de fomento agrícola, conta a Secretaria de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal com o concurso de 27 funcionários qualificados, dos quais 12 práticos rurais e 15 técnicos agrícolas, não havendo nenhum no Fomento Agrícola Federal de Campo Grande. Além disso, na referida Secretaria, existem 15 tratoristas prestando seus serviços no meio rural.

Só existe uma escola profissional agrícola no Distrito Federal. É a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, numa área de 19 hectares, localizada no subúrbio de Penha.

Trata-se de uma iniciativa privada, subvencionada pelo Governo Federal, que vem prestando relevantes serviços no setor de educação profissional agrícola.

Anualmente vem ela diplomando **10 hortelões, 8 fruticultores e 5 floricultores**, que fazem o curso profissional em dois anos, sob regime de internato.

Sua capacidade é para **50 alunos sob regime de internato.**

Além disso, realiza a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, anualmente, cerca de 20 cursos práticos agrícolas sobre os mais diversos assuntos (reflorestamento, defesa sanitária vegetal, enxertia, hortas domésticas, solos e adubação, viveiristas, etc.), **com uma matrícula de cerca de 500 alunos, dos quais 350 concluem os cursos.**

Tais cursos funcionam sob regime de externato e tem a duração de 12 aulas de duas horas cada uma.

Todos os cursos, inclusive os sob regime de internato, são inteiramente gratuitos.

CONCLUSÕES

a) é muito pequeno o número de profissionais qualificados, auxiliando os agrônomos nos serviços de fomento agrícola;

b) é de mais alta importância salientar que a Sociedade Nacional de Agricultura mantém, desde 1897, uma escola profissional agrícola;

c) a Escola de Horticultura Wenceslão Bello precisa ter maiores auxílios para que possa ampliar mais sua atividade.

II — SUPRIMENTO DE BENS DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS

1) Adubos — Quantidade e qualidades consumidas na região, conforme a destinação — Possibilidade da criação de novas ou expansão das indústrias existentes — Idem para os corretivos, os inseticidas e os fungicidas.

Poucos elementos dispomos, relativamente ao consumo de adubos no Distrito Federal.

O Serviço de Fomento Agrícola Federal do Distrito Federal não distribuiu, em 1953, adubos aos agricultores.

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal distribuiu, no referido ano, 52.550 quilos de adubos, conforme especificação abaixo:

A d u b o s	Quantidade
Superfosfato de cálcio	2.000 kg.
Farelo de mamona	8.000 "
Sulfato de potássio	5.000 "
Farelo de algodão	20.000 "
Farelo de girassol	2.000 "
Salitre	3.050 "
Delemita	5.000 "
Farinha de ossos	3.000 "
Superfosfato simples	4.500 "

Essa quantidade (cinquenta e duas toneladas e meia) é muito pequena em relação à área cultivada

20.000 hectares), pois representa, apenas **380 gr. de adubo químico por hectares.**

Releva salientar, entretanto, que todo êsse adubo foi distribuído gratuitamente, não estando computadas, por falta de elementos, as compras feitas diretamente no comércio, pelos lavradores.

Problema dos mais relevantes é o de suprimento de esterco de animal (especialmente para satisfazer as necessidades dos horticultores).

É insignificante a quantidade de esterco distribuído pela Secretaria de Agricultura aos agricultores.

O desenvolvimento da avicultura tem concorrido para que, em parte, embora muito pequena, essa deficiência seja um pouco atenuada, apesar do preço elevado dêsse adubo.

É o problema da matéria orgânica, um dos mais importantes para os lavradores do Distrito Federal, devendo merecer especial atenção.

Uma solução que se nos afigura de necessidade imediata é a transformação do lixo da cidade coletado pelo Serviço de Limpeza Urbano da Prefeitura, em matéria orgânica.

Essa coleta, atinge a **1.700 toneladas diárias de lixo**, que, se transformado em adubo, concorreria, de uma maneira sensível, para o aumento de produção por área cultivada.

É lamentável, que quase duas mil toneladas de lixo, diariamente, sejam descarregadas em diferentes vasadouros e utilizadas como aterro, quando a lavoura, ávida de matéria orgânica, luta com sérias dificuldades para obtenção de uma insignificante fração de matéria orgânica, muito aquém de suas reais necessidades.

Quanto aos inseticidas e fungicidas, é boa a situação do Distrito Federal.

Somente a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, em 1953, distribuiu e usou em demonstrações de combate às doenças e pragas, a seguinte quantidade de inseticidas e fungicidas:

Inseticidas e Fungicidas	Quantidades
Rhodiatox para polvilhamento (a 0,57, e a 1%)	6.000 quilos
Rhodiatox (emulsão)	850 latas
Óleo miscível	1.000 quilos
Enxofre (ventilação e molhável)	1.300 "
Sulfato de cobre	1.500 "
Arsênico branco	150 quilos
Enxofre (pó)	300 "
Brometo de metila	3.500 latas
Formicida MM 33	850 vidros
DDT a 5% (polvilhamento)	5.000 "
DDT a 50% (para pulverização)	500 "
BHC 1 e 2% (polvilhamento)	13.000 "
BHC (12% molhável)	750 "
Diversos	1.000 "

A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, no referido ano, distribuiu os seguintes inseticidas aos agricultores:

Inseticidas	Quantidades
Rhodiatox (a 10% e a 5%)	23.000 quilos
Tiofosfato de dietil paranitrofenila a 5%	10.000 "
Caufeno clorado (pó)	5.000 "

Óleo miscível	1.000 "
Brometo de metila	9.000 latas
DDT	250 quilos
Enxofre molhável	250 "
BHC a 12%	100 "

Conforme se verifica, em 1953, foram distribuídos e consumidos no Distrito Federal **70.600 quilos de inseticidas e fungicidas**, o que representa uma média de **3.500 gramas por hectare** (em relação a uma área cultivada de 20.000 hectares).

A situação, portanto, nesse setor, é bem melhor do que no setor de adubação.

Quanto aos formicidas, foram consumidas **12.000 latas de brometo de metila e 850 vidros de MM33**, o que representa uma média de **lata e meia por hectare** (em relação à área cultivada de 20.000 hectares), o que representa uma quantidade pequena, sabido como é elevada a área infestada pela formiga saúva.

CONCLUSÃO

a) — é pequeno ainda o suprimento de adubos aos agricultores;

b) — devem ser tomadas medidas que visem o barateamento do custo dos inseticidas e fungicidas, visando o maior incremento da defesa sanitária vegetal, e o mesmo, em relação aos adubos, visando a fertilidade dos solos;

c) — é indispensável que se resolva, no Distrito Federal, o aproveitamento de enorme volume do lixo domiciliar, como adubo para a agricultura.

2) Maquinária — Esboçar a situação atual da mecanização.

Relativamente à questão da mecanização, é aproximadamente o seguinte o quadro atual do Distrito Federal.

1 — A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal mantém, em funcionamento, atendendo a 5 de seus 6 postos agrícolas, 12 conjuntos mecanizados, sendo 10 de rodas e 2 de esteiras, dispondo, para isso, de 15 tratoristas.

2 — O Departamento de Agricultura, através desses conjuntos mecanizados preparou, para os lavradores do Distrito Federal, no ano passado, uma área de 5.488.000 m². O preparo dessa área **beneficiou a 170 lavradores**, o que representa uma média de **32.282 m²** (pouco mais de 3 hectares) de área preparada para cada lavrador (apenas 3,5% dos lavradores registrados na Secretaria de Agricultura do Distrito Federal foram beneficiados).

3 — A referida Secretaria de Agricultura emprestou, aos lavradores, o ano passado 240 máquinas e ferramentas agrícolas, beneficiando assim a 473 lavradores, conforme se verifica no quadro abaixo:

Máquinas	N.º	N.º de lavradores
Trator Bungarts	3	3
Máquina GEM	5	11
Pulverizadores	92	113
Pulvilhadeiras	120	126
Trator Gravely	1	210
Cultivadores	3	3
Arados	2	2
Adubadeiras	1	1
Ceifadeiras	2	3
Sulcadores	—	—
	<hr/> 240	<hr/> 473

O número de lavradores beneficiados representou apenas 9,5 do número total de lavradores registrados no Departamento de Agricultura.

4.2) Em 1953, o Ministério da Agricultura e a Sociedade União dos Agricultores revenderam aos lavradores do Distrito Federal, o seguinte material:

Material	Quantidade		Total
	M. A.	S.N.A.	
Enxadas	7.944	200	8.144
Machados	120	20	140
Enxadões	1.000	100	1.100
Ancinhos	120	100	220
Pai de bico	500	50	550
Máquina de cortar forragem	10	—	10
Engenhos de cana .	6	—	6
Cadanhos	—	100	100
Forcados	—	100	100
Sachos	—	100	100
Foices	—	24	24
Pulverizadores 444.	—	6	6
Facões	—	10	10
Colheres de trans- plantação	—	50	50
Regadores	—	100	100
Aplicadores de bro- meto de metila .	—	4	4
Latas de brometo de metila	—	50	50
Rafia (quilos)	—	2	2
Tesouras de podar .	—	50	50
Serrote de poda ..	—	25	25
Facas de agrião ..	—	200	200
Latas de Rhodiatex	—	100	100

5 — A Secretaria de Agricultura do Distrito Federal facilitou aos lavradores a aquisição de máquinas e implementos agrícolas com 50% de abatimento num valor total de Cr\$ 413.710,80, beneficiando, assim, a **24 lavradores**, o que representa uma média de Cr\$ 17.237,95 por lavrador.

CONCLUSÕES

1 — Já se vem prestando alguma assistência aos lavradores do Distrito Federal no setor de máquinas e ferramentas agrícolas;

2 — É sem dúvida muito interessante a modalidade de assistência através do preparo de áreas para plantio por meio dos conjuntos mecanizados;

3 — O elevado preço das máquinas e ferramentas agrícolas dificulta, sobretudo, a sua aquisição por parte dos lavradores, sendo muito interessante as modalidades de empréstimos e a sua aquisição com batimento, ou mesmo, pelo preço de custo.

3) Transporte — Armazenamento — Energias elétrica

Quanto aos transportes, não é das piores a situação do Distrito Federal, comparada com a de outras regiões do país.

Ocupando uma posição privilegiada quanto às disponibilidades de transportes, a área agrícola do Distrito Federal dispõe, principalmente, de transporte rodoviário, embora não satisfaça êle, de todo, as suas necessidades.

Dispõe o Distrito Federal:

- a) de 907 km. de rede rodoviária;
- b) de 155 km. de rede ferroviária.

O problema de maior relevância é, sem dúvida, o do frete, que é elevado.

Quanto ao armazenamento para os produtos agrícolas, são precárias as condições do Distrito Federal, apesar do elevado consumo de gêneros alimentícios para garantir a subsistência de uma população de quase dois milhões e meio de habitantes, exigir, sem dúvida, disponibilidades para uma grande estocagem.

Dispõe, praticamente, o Distrito Federal de, apenas os seguintes:

- a) Armazens Frigoríficos do Cais do Porto;
- b) Entrepasto Central de Leite de Benfica;
- c) Entrepasto de Frutas do Cais do Porto;
- d) Entrepasto de Pesca da Praça Quinze de Novembro.

Sendo elevado o consumo de gêneros alimentícios, necessita o Distrito Federal de uma vasta rede de armazens e entrepostos, disseminados em vários pontos, para assegurar o armazenamento em condições favoráveis e favorecer a distribuição dos produtos.

Quanto à energia elétrica, apesar de ser a capital do país, não é tão generalizado, como seria de desejar, o emprêgo da energia elétrica no meio rural do Distrito Federal.

A tendência é, entretanto, para o aumento crescente do consumo de energia elétrica no meio, constituindo um dos maiores óbices, o elevado custo do material elétrico (motores, bombas, etc.), que precisa e deve ser financiado aos agricultores.

III — COMERCIALIZAÇÃO

1) Descrever sucintamente o atual mecanismo da comercialização dos produtos agropecuários, detalhando, se possível, aquêles dos principais itens.

A comercialização dos produtos agropecuários realiza-se, no Distrito Federal, através de:

- a) 2 grandes mercados: o mercado D. Manoel, situado no centro, e o mercado de Madureira, situado no subúrbio da zona Norte, do mesmo nome;
- b) 18 mercados regionais;
- c) 139 feiras-livres;
- d) 80 caminhões-feira;
- e) 10 mercados livres;
- f) casas comerciais especializadas (açougues, quitandas, armazens, etc.).

É interessante assinalar, do que diz respeito à comercialização, que aos lavradores registrados na Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, são proporcionadas as seguintes vantagens:

- a) nas feiras-livres, os lavradores obtêm matrícula independentemente de vagas, mediante um simples requerimento, instruído com o respectivo atestado de lavrador;
- b) nos mercados livres, têm êles acesso, sem outras finalidades, a não ser a apresentação da respectiva carteira de lavrador;
- c) as concessões aos caminhões-feiras, de acordo com a legislação vigente, só são dadas a lavradores;
- d) nos mercados regionais, pagam os lavradores os alugueres dos boxes que ocupam.

Releva salientar ainda, que tôdas as concessões aos lavradores, feitas através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, estão isentas de pagamento de quaisquer impostos.

É elevado o consumo de gêneros alimentícios no Distrito Federal, que conta com uma população de 2.377.451 habitantes, conforme se verifica para os doze produtos adiante enumerados:

Produtos	Estimativa do consumo mensal
Arroz	7.200 toneladas
Banha	1.800 "
Batata	5.400 "
Cebola	900 "
Xarque	1.200 "
Farinha de mandioca	2.400 "
Farinha de trigo	11.000 "
Feijão	4.680 "
Manteíga	450 "
Carne bovina	12.000 "
Queijo	360 "
Leite	11.100.000 litros

Para que se tenha uma idéia das possibilidades do abastecimento do Distrito Federal, basta dizer que, em 12 meses (1-4-1953 a 31-3-54) só a Cooperativa Agrícola de Cotia colocou no Distrito Federal:

377.529 caixas de tomates
879.607 sacos de batatas
439.389 dúzias de ovos

Somente o suprimento desses três produtos da Cooperativa Agrícola de Cotia importou em Cr\$
448.448.255,70.

CONCLUSÃO

O mercado do Distrito Federal oferece amplas possibilidades para os produtos das chamadas "culturas de subsistência".

2) Apontar os principais aspectos em que a comercialização se exercita em detrimento dos interesses dos produtos.

Apesar de vantagens concedidas aos agricultores do Distrito Federal pela Secretaria de Agricultura (matrícula nas feiras independentemente de vagas, acesso aos mercados livres sem pagamento de impostos, acesso aos mercados regionais, mediante pagamento de aluguel de box, são numerosos os entraves da comercialização nos interesses dos agricultores.

O maior deles é, sem dúvida, o intermediário, que adquire os produtos na fonte de produção, impondo preços muito aquém daqueles estabelecidos pelo tabelamento para a venda no varejo.

Nesse sentido, para possibilitar que os próprios agricultores possam vender seus produtos nos mercados seria aconselhável:

- a) a reunião dos mesmos em cooperativas economicamente fortes;
- b) facilidades para aquisição de caminhões e outros veículos, por parte dos agricultores; e
- c) crédito agrícola fácil e a juros módicos.

Problemas dos mais discutidos é, sem dúvida, o que diz respeito ao tabelamento de hortaliças e frutas.

O tabelamento, não raro, é a causa do abandono da agricultura, pois determina, via de regra, preços

excessivamente reduzidos nas fontes produtoras. Os intermediários, embora sejam os produtos tabelados, não se conformam com menores lucros (não raro já excessivos) e oferecem, portanto, preços ínfimos nas fontes de produção.

O justo tabelamento dos produtos agrícolas oferece dificuldades quase que intransponíveis, tais como:

a) grande diversidade de procedência dos produtos destinados ao consumo no Distrito Federal (salários vigentes nas regiões produtoras, despesas de transportes, impostos, etc.), determinando, assim, que conforme a procedência de origem, sejam diferentes os verdadeiros valores dos produtos postos no mercado, o que não leva em consideração o tabelamento, que é uniforme para todos eles;

b) as subtilezas do tabelamento, em especial, para o caso de gêneros perecíveis (hortaliças, frutas, etc.);

c) o fato de, via de regra, não auscultar-se os interesses dos agricultores que precisam ser incentivados, pois deles depende a fartura ou a pobreza dos mercados;

d) o fato de, geralmente, concorrer para as perturbações econômicas do "câmbio negro".

CONCLUSÕES

a) para os produtos hortícolas, sobretudo os perecíveis, não deve haver tabelamento;

b) a fixação de preços mínimos para os produtos hortícolas nas fontes de produção seria a medida aconselhável;

c) uma vez fixado esse preço mínimo, poder-se-ia pensar em tabelamento nos mercados, que seria feito na base do preço mínimo ao produtor, acrescido das despesas gerais (transportes, impostos, etc.).

3- Resumir o pensamento da classe sobre o que tem sido a política da sustentação de preços mínimos executada até hoje pelo governo, concluindo pelo enunciado do que deveria ser essa política.

O estabelecimento de preços mínimos aos agricultores é política defensável desde que:

a) sejam feitos, previamente, os necessários estudos, a fim de que se conheça o real custo de produção nas diferentes regiões, dos diversos produtos;

b) uma vez realizados os estudos preliminares, seja fixado um preço mínimo que ausculte aos interesses dos lavradores, isto é, assegure aos mesmos uma justa recompensa pelo trabalho dispendido;

c) seja feita, periodicamente, a revisão desse preço a fim de que ele possa acompanhar o custo das utilidades necessárias para a produção (mão de obra, adubos, inseticidas, máquinas, ferramentas, etc.);

d) seja fixado com a necessária antecedência (antes da própria sementeira, a fim de que os agricultores possam plantar, sem receio de prejuízos).

No caso especial do Distrito Federal, seria de todo interesse estender-se aos produtos da pequena lavoura, os benefícios da fixação de preços mínimos, tal como vem sendo feito para o café, o feijão, o arroz, etc.

CONCLUSÃO

É defensável a fixação, em bases adequadas, de preços mínimos para os produtos agrícolas.

V — CRÉDITO RURAL

1) Número de agricultores atendidos pelo crédito agrícola em qualquer de suas modalidades, em relação com o número total de agricultores.

Segundo dados divulgados, os financiamentos em 1952, feitos pelo Banco do Brasil, no Distrito Federal, foram:

Número de financiamentos agrícolas	143
Número de financiamentos pecuários	22
Número de financiamentos agropecuários ...	1

nas seguintes importâncias:

	Cr\$
Financiamentos agrícolas a	34.193.000,00
Financiamentos pecuários a	3.223.000,00
Financiamentos agropecuário a ..	259.000,00
	37.675.000,00

As médias de cada financiamento foram:

Agrícolas	239.000,00
Pecuários	146.000,00
Agropecuários	259.000,00

Em 1953, o Banco da Prefeitura do Distrito Federal, através de sua Carteira de Crédito Agrícola, atendeu a **1.248 lavradores**, correspondendo a um montante de empréstimo no valor de Cr\$ 244.979.712,60, com uma média de Cr\$ **196.297,70 por empréstimo.**

Considerando-se que para uma população de ... 2.377.451 habitantes cerca de 0,9% da mesma se dedica à agricultura, pecuária e silvicultura, isto é, 17.938 habitantes, e que estão devidamente registrados no Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal cerca de 5.000 lavradores e criadores (embora apenas 3.666 com a carteira de lavrador ou criador revalidada), segue-se que foram atendidos pelo **Crédito Rural do Banco da Prefeitura 25% dos mesmos.**

Considerando-se os financiamentos feitos pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Prefeitura, verifica-se que o número total atingiu a **quase 1.400 empréstimos**, correspondendo a aproximadamente 28% do número total de lavradores registrados no Distrito Federal.

CONCLUSÃO

1 — Tanto o Banco do Brasil como o Banco da Prefeitura do Distrito Federal vêm procurando auxiliar os lavradores do Distrito Federal através de suas carteiras de Crédito Agrícola;

2 — O crédito agrícola especialmente destinado aos pequenos lavradores precisa e deve ser intensificado;

3 — Cooperativas de crédito rural, constituírem, sem dúvida, uma das mais eficientes maneiras de sua distribuição.

2) Montante da aplicação do item 1, em relação com o total das aplicações bancárias (todas as modalidades a todos os ramos econômicos). Esta rela-

ção pode ser expressa tanto pelos totais aplicados como pelos saldos em fim de período.

O Banco do Brasil, em 1952, concedeu, a atividades econômicas, empréstimos no montante de Cr\$ 7.379.745,00, dos quais Cr\$ 37.675,00 para agricultura e pecuária; segue-se que a porcentagem com essa finalidade foi de cerca de 0,5% do total, o que é, sem dúvida, uma porcentagem muito baixa, sabido como é, que a expansão da agricultura, como a de todas as demais atividades econômicas, depende, em grande parte, do crédito.

CONCLUSÃO

É preciso ampliar as reservas para o crédito destinado à agricultura, pois as disponibilidades das carteiras de crédito agrícola são ainda muito pequenas em relação ao número de agricultores que elas precisam atender. A recente criação da CENAER virá modificar substancialmente o problema.

V — ASSISTÊNCIA SOCIAL

1) Descrever o que existe na região em matéria de assistência social ao rurícola. Procurar sintetizar o pensamento dos agricultores sobre o modo de ampliar essa assistência.

Não existe, a rigor, assistência social prestada ao rurícola no Distrito Federal.

A não ser a assistência médico-hospitalar (postos de saúde, de puericultura, etc.) e a assistência educacional (Escolas), que apesar de numerosos no Distrito Federal são escassos ou inexistentes na zona rural, nada mais existe para satisfazer as necessidades da assistência social ao rurícola no chamado sertão carioca.

Para atender às necessidades do rurícola do Distrito Federal seriam recomendáveis, entre outras, as seguintes medidas:

a) ampliação da rede das escolas Típicas Rurais já existentes para a mais ampla difusão do ensino primário na zona rural;

b) criação de uma Escola Normal Rural para satisfazer às necessidades das Escolas Típicas Rurais quanto ao professorado;

c) instalação de ambulatórios de pronto socorro na zona rural;

d) assistência educacional ao adulto com a realização de Cursos Práticos Agrícolas ministrados diretamente aos lavradores em locais previamente estabelecidos na zona rural, realização de Semanas Rurais ou Concentrações de Lavradores para debates de todos os seus problemas, realização de exposições agropecuárias, etc.;

e) maior difusão e facilidades para o crédito agrícola supervisionado;

f) assistência jurídica aos lavradores quase sempre preocupados com questões relacionadas com as terras que acupam sob a forma de contratos, arrendamentos, etc.;

g) organização dos lavradores em sólidas cooperativas de produção;

h) fortalecimento das associações de classe a fim de que, através delas, possam os lavradores fazer chegar aos poderes públicos os seus anseios e obter dêles medidas que venham tornar mais promissoras as atividades rurais.

CONCLUSÕES

1 — Não existe, a rigor, uma verdadeira assistência social prestada ao rurícola do Distrito Federal:
2 — A extensão da assistência social já eqistente no Distrito Federal até sua zona rural é uma medida que de imediato se impõe.

2) **Informar qual o pensamento da classe sôbre a falada extensão aos trabalhadores rurais da atual legislação trabalhista.**

Estendendo as leis vigentes aos trabalhadores rurais, a fim de lhes serem assegurados os benefícios que às outras categorias de trabalhadores são garantidos pela legislação trabalhista, não se podendo, contudo, deixar de levar em conta as sutilezas e a complexidade para a implantação da mesma legislação no meio rural, onde as condições de vida e de trabalho são muito diferentes daquelas que se verificam nas cidades.

Aos trabalhadores rurais devem ser assegurados, sem dúvida, assistência médico-hospitalar, assistência educacional, salário condigno, etc., levando-se em consideração que tôdas essas conquistas justas e humanas devem ser concedidas dentro das possibilidades peculiares e sutilezas do trabalho rural.

A rigidez de certos princípios e medidas estabelecidos na legislação trabalhista vigente, não pode ser transportada ao campo.

O trabalho rural não comporta, por exemplo, um horário rígido, como a indústria e o comércio, com 8 horas consecutivas de trabalho, começando e terminando sempre na mesma hora. Não se trata de exigir que o trabalhador rural trabalhe mais do que o razoável, mas a rigidez não é aconselhável. Em certas ocasiões, a natureza do serviço agrícola pode exigir a permanência do trabalhador rural ou de membros de sua família no serviço, maior número de horas, outras vezes, menos, ou nenhuma, conforme o caso.

É preciso não transplantar para o meio rural uma legislação tipicamente feita para o meio urbano; é necessário ajustá-lo às condições e à natureza do trabalho e do trabalhador agrícola, isto é, dar ao trabalhador rural uma legislação trabalhista rural, reconhecendo nele um operário que, tendo as mesmas necessidades e os mesmos direitos que o trabalhador urbano, precisa e deve merecer um tratamento humano, prevenindo-se, sobretudo, a luta de classe.

Mais do que no meio urbano, é preciso, no meio rural, uma maior aproximação entre o empregado e o empregador, pois na lavoura, em hora de trabalho, trabalham juntos, os dois devem estar sempre atentos e vigilantes, pois as condições climáticas desfavoráveis a destruir em pouco tempo, o fruto de um aquilo que parecia muito, tornando assim, difícil a vida para ambos.

CONCLUSÕES

1 — É contra-indicada e perigosa a extensão pura e simples da atual legislação trabalhista para o campo;
2 — É imprescindível uma imediata e segura le-

gislação trabalhista rural que atenda a suas necessidades em seus múltiplos aspectos.

VI — TRIBUTAÇÃO

Descrever com o máximo de rigor e detalhe a incidência fiscal sôbre a atividade agrícola nas esferas federal.

Com relação às tributações, não é das piores a situação dos lavradores do Distrito Federal.

Como já vimos em outros capítulos, aos lavradores do Distrito Federal são proporcionadas certas vantagens, como sejam:

a) registro de lavrador, gratuito;

b) não pagamento de licença para a venda direta dos produtos agrícolas nas feiras-livres e nos mercados livres (obtenção da licença, mediante a simples apresentação da carteira de lavrador devidamente revalidada);

c) serviço gratuito de assistência técnica tanto da Secretaria de Agricultura, como do Ministério da Agricultura;

d) fornecimento gratuito de determinados materiais, tanto por parte do Ministério da Agricultura, como da Secretaria de Agricultura;

e) aquisição de material pelo preço de custo ou com 50% de abatimento, conforme o caso, através dos refridos órgãos.

Além disso, convém salientar ainda, que aos lavradores devidamente registrados, desde que quebrem, são concedidas ainda as seguintes vantagens:

a) isenção de pagamento do imposto territorial, desde que, pelo menos metade da área da propriedade esteja cultivada;

b) isenção de pagamento do imposto de transmissão, relativo à aquisição de terras para fins agrícolas.

No caso de arrendamentos para fins agrícolas, desde que a área arrendada esteja realmente cultivada (a metade ou mais do total da área), o próprio proprietário da terra fica dispensado do imposto territorial, desde que quebreira.

CONCLUSÕES

1 — As medidas visando amparar os lavradores do Distrito Federal são justas e constituem motivo de estímulo para a exploração agrícola.

2 — A isenção do pagamento do imposto territorial nas bases em que é concedida aos lavradores do Distrito Federal merece ser estendida a todo o país.

VII — ASSOCIATIVISMO

1) **Descrever o estado atual do movimento na região.**

É a seguinte a atual situação do Distrito Federal, relativamente ao associativismo rural:

1.º) A Sociedade Nacional de Agricultura, pelo artigo 15 do Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, tem as prerrogativas de Federação das Associações Rurais do Distrito Federal;

2.º) A referida Federação está registrada no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, sob o n.º

3.º) Filiada a essa Federação encontra-se desde o advento do Decreto-lei n.º 8.127, a Sociedade União dos Agricultores, registrada sob o n.º 30, série ARE,

no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura. Esta filiada conta, atualmente, com 395 associados.

3) Apontar o que parecer impedimento da expansão do movimento.

Não há, ao que nos parece, nenhuma causa marcante que impeça o movimento associativo no Distrito Federal.

O que existe, na realidade, é uma área efetivamente cultivada pequena, e, conseqüentemente, também pequeno o número de lavradores, não comportando assim, como em outros Estados, um elevado número de Associações Rurais (Associações Rurais Municipais).

Uma melhor educação do rurícola concorrerá sem dúvida, para que ele sinta as vantagens de arremeter-se em defesa de seus interesses sob a égide do Decreto-lei n.º 8.127. Prestigiar sempre suas legítimas Associações Rurais, respectivas Federações e a Confederação Rural Brasileira, deve ser preocupação constante do rurícola, porque da eficiente atuação das mesmas resultarão sempre melhores dias para o homem rural brasileiro.

3) Indicar as medidas tendentes à remoção das causas contrárias ao movimento.

Tendo em vista a reduzida área agrícola do Distrito Federal e a natureza especializada dos que se dedicam às atividades agrícolas, parece mais interessante que em lugar de Associações Rurais propriamente ditas, seja estimulada a criação de associações especializadas, tais como Associações de Avicultores, de Citricultores, de Hortelões, de Bananicultores, Apicultores, etc.

Tais associações, ajustadas ao Decreto-lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, muito poderão trabalhar em defesa dos legítimos interesses de seus associados.

VIII — REFORMA AGRÁRIA

1) Descrever o estado atual da divisão da propriedade rural na região.

Segundo dados do Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, é a seguinte a distribuição dos lavradores existentes de acordo com as formas de ocupação da terra:

Formas de ocupação	N.º de lavradores	Porcentagens
Arrendatários ...	1.908	53,44%
Proprietários ...	1.321	36,96%
Ocupante ...	88	2,36%
Administradores ...	4	0,11%
Outros ...	249	6,90%

Conforme se verifica, entre 3.570 lavradores registrados, a predominância é de arrendatários ... 53,44% de proprietários, restando, apenas 9,47% para todas as demais formas de ocupação.

O número de lavradores registrados no Serviço de Economia Rural da P.D.F., é o seguinte, até setembro de 1953:

a) lavradores registrados e com a carteira revalidada	3.343
b) criadores nas mesmas condições	323
Total	3.666

Os dados acima referem-se, apenas, aos que têm a carteira revalidada, pois, apenas registrados existem cerca de 5.000 (lavradores e criadores).

O número não é, ainda, elevado, considerando-se que, de acordo com o censo de 1950, existiam, naquela data, dedicados à agricultura, pecuária e silvicultura, no Distrito Federal, 17.938 habitantes.

Os dados abaixo mostram:

- a) a porcentagem da população dedicada à agricultura, pecuária e silvicultura;
- b) a porcentagem de lavradores registrados.

População do Distrito Federal em dezembro de 1950	2.377.451 habitantes
População do Distrito Federal dedicada à agricultura, pecuária e silvicultura	17.938
Número de lavradores registrados na Secretaria de Agricultura até setembro de 1953 (com carteira revalidada) ...	3.666 lavradores
Porcentagem da população dedicada à agricultura, silvicultura e pecuária, em relação à população do Distrito Federal (Recenseamento de 1950) ...	0,75% da população
Porcentagem de lavradores registrados (5.000) em relação à população dedicada à agricultura, pecuária e silvicultura ...	3,6 % da população

É a seguinte a distribuição dos lavradores registrados de acordo com a nacionalidade (1953):

Nacionalidade	N.º de lavradores	Porcentagens
Brasileiro	2.271	62,18%
Portugueses	1.134	31,76%
Espanhóis	26	0,72%
Japoneses	47	1,31%
Italianos	22	0,61%
Alemães	17	0,47%
Suiços	4	0,11%
Outros	50	1,40%

Em 3.570 lavradores, predominam os brasileiros e portugueses, respectivamente, com 62,18% e ... 31,76%, isto é, constituindo 93,94% dos lavradores.

É a seguinte a distribuição dos lavradores, de acordo com a nacionalidade e a forma de ocupação da terra:

Total	Nacionalidades	Proprietários	Arrendatários	Administrad.	Ocupantes	Outros
2.270	Brasileiros	903	1.130	3	63	171
1.134	Portugueses	334	638	1	25	66
26	Espanhóis	13	12	—	—	1
47	Japoneses	6	40	—	—	1
22	Italianos	11	9	—	—	2
17	Alemães	6	11	—	—	—
4	Suiços	3	1	—	—	—
50	Outros	25	17	—	—	—
3.570		1.321	1.908	4	88	249

Conforme se verifica, entre os japoneses, alemães, portugueses e brasileiros predominam os arrendatários, com 85,10%; 64,70%; 60,67% e 49,78%, respectivamente, e, entre os suiços, italianos e espanhóis predominam os proprietários, com 75%, 50% e 50%.

É um total de 38.202,02 hectares, considerados propícios para a agricultura, são cultivados apenas 19.220,20 hectares e não cultivados 18.981,82 hectares, isto é, apenas 50,31% da área agrícola está cultivada.

Há ainda, portanto, no Distrito Federal **larga margem para o incremento da agricultura.**

É ainda interessante assinalar que em um total de 3.475 lavradores, 2.848 ocupam áreas acima de 10 hectares, e apenas 627, menores de 10 hectares, conforme os quadros abaixo:

Extensão	N.º de lavradores	Área total, em hectares
Com mais de 10 hectares	2.848	37.104,77
Com menos de 10 hectares	627	1.043,72

Conforme se verifica, e é natural que assim aconteça, entre as **menores propriedades** (abaixo de 10 hectares) há maior aproveitamento das áreas, (75,29% das mesmas são cultivadas), enquanto que nas áreas maiores (acima de 10 hectares), é menor o aproveitamento (apenas 49,68% são cultivados).

De acôrdo com os dados do recenseamento geral de 1950, existiam naquele ano, no Distrito Federal, **5.261 estabelecimentos agrícolas**, número esse inferior ao de estabelecimentos d' a mesma natureza existentes por ocasião do recenseamento anterior (1940), que revelou 7.994 estabelecimentos agrícolas. O decréscimo foi, portanto, de **2.733 estabelecimentos agrícolas em 10 anos**, o que representa uma porcentagem de cerca de 35%.

Existem, portanto, agora, **menos 35% de estabelecimentos agrícolas que em 1940**, tendo influido para isso, sem dúvida, em parte, o excessivo loteamento das áreas na zona rural do Distrito Federal para fins imobiliários, e em parte, o salário mais compensador em outras atividades.

CONCLUSÕES

1 — No Distrito Federal o govêrno deverá promover medidas no sentido de que seja viável e imediata a formação do chamado "cinturão verde", para garantia de seu abastecimento;

2 — O excesso de loteamento para fins imobiliá-

rios tem contribuído para dificultar a expansão da agricultura no Distrito Federal.

3) Resumir o pensamento da classe no que toca aos vários aspectos da questão.

Somos de opinião que o problema de uma reforma agrária é complexo e precisa ser estudado face à realidade do país.

Entre outros aspectos, devem ser focalizados os seguintes.

a) A desamasiada subdivisão da terra nem sempre é aconselhável. Em certos casos, como por exemplo próximo das grandes cidades, essa subdivisão é justificada, especialmente para a exploração avícola, para a pequena horticultura, para a pequena fruticultura, etc., ao passo que em outros casos ela não é aconselhável;

b) no caso de propriedades pequenas será vantajosa a fundação de cooperativas de produção, pois de outra forma não é possível a mecanização da lavoura, tão necessária em face da escassez de braços;

c) é imprescindível e urge que uma legislação adequada venha assegurar condições favoráveis no arrendamento das terras, dando garantias para que os arrendatários possam cultivar a terra com a necessária tranquilidade e, ao mesmo tempo, assumna êle compromissos no tocante à conservação de recursos naturais (conservação do solo, dos mananciais d'água, de matas, etc);

d) um Código Rural bem elaborado, que venha a atender às peculiaridades regionais, deve estabelecer bases para um harmônica relação entre os que vivem no meio rural;

e) uma adequada e bem estudada colonização deverá proporcionar aos colonos a organização de colônias ou núcleos coloniais, notadamente aos nacionais, tendentes a suprir as deficiências da produção agrícola e trabalho rural no Distrito Federal;

f) é necessário que se efetive a imediata regulamentação da assistência social rural sob todos os aspectos (assistência sanitária, educacional, técnica, econômica, etc.), visando a fixação do homem à terra;

g) é prejudicial e condenado o excesso de loteamento próximo das grandes cidades para fins imobiliários, que concorre, sem dúvida, para a não utilização da terra para fins agrícolas (elevação excessiva do custo da terra), devendo para esse fim ser limitado esse loteamento a determinado mínimo de metros quadrados;

h) deve-se dar maior incremento ao cooperativismo rural, ao ensino agrícola (escolas profissionais, cen-

tros de treinamento para operários rurais, centros de treinamento de economia rural doméstica, etc., ao serviço de revenda de material (sementes, adubos, máquinas, ferramentas, etc.) que, de preferência, deve ser feito através das Associações de classe.

Não se nos afigura indicada uma ampla reforma agrária, que possa a vir, de uma maneira ou outra, a abalar, de um modo sensível a situação atual.

O que se torna necessário é a fiel aplicação de leis vigentes e de outras que venham a ser postas em vigor, auscultando os interesses do meio rural, normalizando e disciplinando as relações entre os que se dedicam à agricultura, procurando fixar o homem ao campo e inculcando nele o amor à terra.

É preciso estimular e incrementar a produção agrícola; tornar melhores as condições de vida no meio rural; disciplinar a produção e a distribuição e conservação dos produtos agrícolas, proporcionando, aos que a ela se dedicam, bem-estar, melhor padrão de vida e justa recompensa pelos esforços dispendidos.

Não será promovendo uma profunda e radical reforma das condições vigentes, profundamente contrária à índole do nosso povo, nem será tirando de uns e entregando a outros que se resolverá o problema da terra.

É preciso prudência, perfeita visão e seguro conhecimento do panorama rural e, sobretudo, vontade de acertar, para que se conduza bem a solução de nossos problemas rurais.

Não será jamais, de uma maneira drástica, transportando para cá experiências estrangeiras, que se resolverá o problema agrário no Brasil.

CONCLUSÃO

Releva ponderar que qualquer reforma agrária deve ser acuradamente estudada, pois uma alteração drástica na atual estrutura do meio rural pode trazer graves consequências de ordem econômica e social, ao invés de promover um melhor ajustamento social e econômico, como deve ser seu objetivo precípuo.

OUTROS ASSUNTOS, À MARGEM DO TEMÁRIO, DE INTERESSE GERAL

— 1 —

Área agrícola do Distrito Federal

O Distrito Federal ocupa uma área equivalente a 0,027, da área total do Brasil, que é de 851.603.700 hectares, isto é, uma área total de, apenas, **116.700 hectares**.

Segundo cálculos feitos, dessa superfície, mais de 50% são aproveitáveis para fins agrícolas, ou, mais precisamente, **60.000 hectares**.

No momento, a área cultivada é de apenas 20.000 hectares, isto é, a **terça parte da área aproveitável para fins agrícolas**, que abrange as circunscrições de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá e Santa Cruz.

Isto significa que são amplas, ainda, as perspectivas para o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal, onde **dois terços da área aproveitável para fins agrícolas**, ainda permanecem sem utilização.

Um fato vem prejudicando seriamente a expansão agrícola. É o elevado preço da terra, em grande parte consequente do excessivo loteamento na área rural para fins urbanos, pois são lotes que variam, em média, de 360 a 1.000 metros quadrados.

Esse loteamento não beneficia a agricultura. Antes, pelo contrário, lhe é prejudicial.

Os estudos têm mostrado que uma família rural para manter-se, necessita, pelo menos, de **uma área de 5 hectares**.

Consideram-se, entretanto, as condições peculiares do Distrito Federal, mesmo baixando-se essa área para 3,5 hectares, os loteamentos já realizados e em andamento, só prejudicam o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal.

— 2 —

Produção animal no Distrito Federal

De acordo com os elementos do Serviço de Economia Rural do Distrito Federal, foi a seguinte a produção animal no Distrito Federal, em 1953:

Número de aves	605.726	cabeças
Outros animais	57.316	"

Foi a seguinte a distribuição das aves:

Galinhas	571.695	cabeças
Perús	2.440	"
Patos	12.859	"
Cansos	128	"
Outras aves	18.600	"

Foi a seguinte a distribuição dos outros animais:

Suínos	24.423	cabeças
Bovinos	7.525	"
Ovinos	426	"
Equinos	2.787	"
Caprinos	1.367	"
Outros	21.788	"

Conforme se verifica, já é expressiva a produção animal no Distrito Federal, sendo considerado problema dos mais sérios para os criadores, o relacionamento com o forrageamento (especialmente para os avicultores), dadas a dificuldade de obtenção de rações e o seu elevado preço.

— 3 —

Produção Vegetal (Fruticultura)

A fruticultura no Distrito Federal, apesar de todos os obstáculos, ainda é de certa maneira expressiva, sendo os seguintes os dados obtidos, referentes ao ano de 1953:

Laranjeiras	4.627.258	pés
Bananeiras	4.982.163	touc.
Mangueiras	64.366	pés
Abacateiros	139.256	"
Mamoeiros	235.696	"
Limoeiros	30.455	"
Fruteiras de conde	49.084	"
Outras fruteiras	395.973	"

— 4 —

Produção Vegetal (Hortícola)

Não dispomos de dados relativos à produção hortícola no Distrito Federal. Sabemos, apenas, que existe uma **área cultivada com canteiros de 1.963.412 metros quadrados, comportando 26.033 canteiros**.

— 5 —

Cooperativas de Produção no Distrito Federal

De acordo com os elementos coligidos no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, é o seguinte o movimento das cooperativas de produção no Distrito Federal em 31-12-1953:

Número de coopeartivas registradas	26	1948	1.275.820	5.122.298	130
Número de cooperativas em funcionamento .	10	1949	950.040	3.818.060	89
Número de cooperativas que forneceram dados	7	1950	432.139	1.673.000	45
Número de associados	1.829	1951	340.350	1.321.400	40
		1952	283.750	1.154.398	29
		1953	181.472	732.000	24
	Cr\$	Total	5.307.521	21.410.156	461
Capital subscrito	45.752.760,00				
Capital realizado	27.283.667,40				
Valor de produção	28.403.864,30				

— 6 —

Estimativa da renda da lavoura, produção animal e produção extrativa no Distrito Federal

De acôrdo com os dados do IBGE, foi a seguinte a respectiva estimativa nos anos de 1951 e 1952:

1951	Cr\$ 393.000.000,00
1952	Cr\$ 437.100.000,00

Conforme se verifica, de 1951 para 1952 houve um acréscimo de Cr\$ 44.100.000,00.

Considerando-se que as estimativas para o Brasil no referido período foram de:

Cr\$ 87.849.300.000,00, em 1951

Cr\$ 104.452.900.000,00 em 1952.

segue-se que:

a) em 1951, a renda da lavoura, produção animal e produção extrativa no Distrito Federal representou apenas 0,4% da renda, no mesmo setor, em todo o país;

b) em 1952, a porcentagem, praticamente não se alterou (continuou em 0,4%, em relação à renda de todo o país, no mesmo setor).

— 7 —

Ocupação do Território do Distrito Federal

De acôrdo com elementos fornecidos pelo Serviço Florestal da Prefeitura do Distrito Federal, é a seguinte a ocupação do Distrito Federal:

Ocupação do Território	Km.2	% do área do Dist. Federal
Florestas e capoeiras grossas	245,5	21,04%
Capoeira rala e capim	171,3	14,68%
Campos, área cultivada e pequenas ilhas	459,1	39,54%
Lagoas	16,5	1,41%
Área urbanizada	274,6	23,53%
Total geral	1.167,10	100,00%

— 8 —

Reflorestamento no Distrito Federal

De acôrdo com os dados do Serviço Florestal da Prefeitura do Distrito Federal, foi o seguinte o movimento de reflorestamento, mediante acordos de cooperação realizados entre a Secretaria de Agricultura e os lavradores, no período de 1946 a 1953:

Anos	N.º de eucalptus	Área em m2	N.º de acordos
1946	445.200	1.796.000	26
1947	1.398.750	5.793.000	78

A reserva floresta do Distrito Federal vem diminuindo, consideravelmente, concorrendo para isso, entre outras, as seguintes causas:

- aumento do número de favelas;
- loteamentos para fins imobiliários;
- devastação das matas para aproveitamento de lenha.

O entupimento das galerias de águas pluviais, as inundações na época das chuvas, as quedas de barreiras, etc., constituem, sem dúvida, consequência da falta de revestimento florístico dos morros do Distrito Federal.

O problema não é plantar, apenas, eucaliptus. É fazer o que o Major Acher fez na Tijuca. É restabelecer o revestimento florístico dos morros do Distrito, que, dentro em pouco, estarão todos transformados em favelas, com suas graves consequências sociais, higiênicas, paisagísticas, etc.

Enxadas
e
Enxadações



das
melhores
marcas

Arame farpado — Grampos —
Machados — Bombas — Motores
Tubos e conexões — Ferros em
geral — Materiais para cons-
trução — Ferragens e Ferra-
mentas — Máquinas

COFERMAT

R. Buenos Aires, 154 - Rio de Janeiro

Telefone: 43-2968

End. Telegráfico: COFERMAT RIO

Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

CURSOS EM COLABORAÇÃO

Tiveram início na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" os seguintes Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com a Comissão Brasileira de Assistência e Educação das Populações Rurais:

- a — Curso Prático de Enxertia;
- b — Curso Prático de Reflorestamento;
- c — Curso Prático de Hortas Domésticas;
- d — Curso Prático de Cálculos e medidas Agrárias;
- e — Curso Prático de Contabilidade Agrícola;
- f — Curso Prático de Solos e Adubação;
- g — Curso Prático de Defesa Sanitária Vegetal.

ATIVIDADE DO CLUBE AGRICOLA MIGUEL CALMON

Continuam muito animadoras as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e registrado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, sob o número 1.098.

A ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO E A VII SEMANA DO FAZENDEIRO

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" esteve representada na VII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural pelo prof. Geraldo Goulart da Silveira que integrou a Comissão Executiva da referida Semana.

LIVROS PARA OS ALUNOS DA E H W B.

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, ofereceu aos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, uma coleção de livros e revistas sobre assuntos agrícolas.

CLUB AGRICOLA "MIGUEL CALMON"

Sob a presidência do aluno José Fracasso, reuniu-se, em sessão extraordinária o Clube Agrícola "Miguel Calmon", no dia 11 de Junho, para receber a visita da coordenadora e das Professoras que estão frequentando o Curso de Agentes de Extensão Agrícola do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Falaram na ocasião, o aluno José Maria Quima, secretário do Clube Agrícola que saudou as professoras presentes, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, vice Diretor da Escola que falou sobre a "Importância dos Clubes Agrícolas Escolares" e a Prof^{as}. D. Ruth Guedes que em nome das professoras presentes, agradeceu as homenagens. Na mesma ocasião o Serviço de Informação Agrícola ofereceu à Biblioteca do Clube e aos

alunos uma valiosa coleção de publicações agrícolas.

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A C. B. A. R.

Tiveram início, na E. H. W. B., os Cursos Práticos Agrícolas que até o ano passado eram mantidos pela Fundação Getúlio Vargas e do corrente ano em diante passarão a ser ministrados em colaboração com a Comissão Brasileira de Assistência e Educação das Populações Rurais, em virtude do acordo assinado entre o Ministério da Agricultura.

CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A U. R.

Continuam, com grande sucesso, os Cursos Avulços mantidos na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão de Universidade Rural isto é, os tradicionais Cursos Avulsos de Horticultura e de Fruticultura.

Formulas de Adubos

CADAL

PARA TODAS AS CULTURAS

- TRIGO
- FLORES
- LARANJA
- ABÓBORA
- CENOURA
- TOMATE
- MILHO
- FUMO
- CANA
- CAFÉ

Exames gratuitos da terra

Agrônomo à disposição dos Srs. fazendeiros



CADAL, A MAIOR ORGANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL A SERVIÇO DA LAVOURA.

UM PRODUTO COM A GARANTIA DA "CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149 - 6º ANDAR - TEL. 43-7092 FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4200 - ACARI - RIO DE JANEIRO

Pesquisas econômicas e sociais

Interessante, útil e oportuno trabalho acaba de ser divulgado pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Trata-se do folheto "Pesquisa econômicas e sociais", de autoria do Engenheiro Agrônomo Arthur Natividade Seabra. Em linguagem clara e simples, o seu autor, que além de brilhante economista rural é também professor, aborda, de maneira amena, metódica e precisa, interessantes problemas relacionados com as pesquisas sociais e econômicas.

O autor, que já tem realizado inúmeros trabalhos práticos no setor de sua especialidade, encara, portanto, com objetividade e experiência própria, os diferentes métodos e fases do trabalho de pesquisa.

Em suas 51 páginas são abordados os seguintes assuntos. A pesquisa — Atitude científica e gosto pela pesquisa — Planejamento da pesquisa, métodos e técnica — A técnica da entrevista — A técnica do questionário — Realização da pesquisa — Amostragem — Formas de coleta — Apuração. Estão, pois, de parabens, o autor, pelo magnífico trabalho que de muita valia será para aqueles que se iniciam nos estudos referentes às pesquisas econômicas e sociais, e o Serviço de Economia Rural, por ter, em boa hora, promovido a publicação de tão útil e oportuna contribuição de um de seus mais brilhantes técnicos.

G.G.S.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Realizou-se, a 10 de Setembro último de acordo com a convocação, a Assembléia Geral extraordinária da Sociedade Nacional de Agricultura. Presidiu os trabalhos o Sr. Arthur Torres Filho, que explicou os fins da reunião, a qual o da reforma dos estatutos; cujo projeto, sobscrito pela respectiva comissão de redação, composta pelos senhores Adamastor Lima, Kurt Repsold, Arruda Câmara e Marques Poliano, foi unânimemente aprovado.

Por proposta de numerosos associados, e aclamação da assembléia foi a atual Diretoria, encabeçada pelo Prof. Arthur Torres Filho, que tantos serviços tem prestado à Sociedade e à Agricultura, reconduzida para um novo período administrativo, tendo sido, na mesma ocasião, quando de voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Getúlio Vargas, Presidente de Honra da instituição.

Esta deliberação será comunicada à família do extinto.

Na parte referente aos interesses sociais, dentre outras matérias resolvidas, foi marcado o dia 16 de janeiro próximo para a solene inauguração da "Casa da Agricultura", data essa que corresponde ao 58.º aniversário de fundação da instituição.

No próximo número daremos a íntegra dos novos Estatutos.

Campanha da cultura da soja em São Paulo

De acôrdo com o sugerido no plano da campanha referente à cultura algodoeira, para o bom êxito da produção de algodão por área, é indispensável que o Govêrno promova medidas a favor de outras culturas econômicas, visando estabelecer a prática da rotação de culturas.

Entre as plantas mais aconselháveis para êsse fim, destaca-se a soja, cuja cultura oferece as seguintes vantagens:

1. Leguminosa melhoradora do solo;
2. Nova cultura comercial de importância para uma policultura equilibrada;
3. Produtora de alimentos de consumo na própria fazenda;
4. Cultura totalmente mecanizável, inclusive a colheita. Por êsse fato poderá se expandir em cada propriedade agrícola, independente das limitações de mão de obra;
5. Fonte valiosa de óleo comestível e industrial;
6. Fonte de proteína de elevado valor biológico, quer na forma de torta, quer na de farinha para alimentação humana. Dada a sua composição de amino ácidos essenciais, recomenda-se o seu uso em lugar de proteínas animais, de preço sempre mais elevado;
7. Poderá fornecer matéria prima para indústrias subsidiárias.

Considerando os resultados favoráveis obtidos em campos de cooperação da Secretaria, realizados em 1951/52, justifica-se a elaboração de um plano de maior amplitude, cuja execução trará vantagens para melhoria da agricultura, indústria, comércio e saúde pública, nas seguintes bases:

1 — **CONVÊNIO AGRO-INDUSTRIAL** — Como cultura produtora de matéria-prima para a indústria, a sua expansão repousa numa conjugação de esforços e interesses dos Poderes Públicos e da indústria de óleos vegetais. Por êsse motivo a Secretaria propõe um convênio com as firmas moageiras, objetivando o fomento da cultura, nos seguintes termos, a vigorar até Agosto de 1955.

A Secretaria da Agricultura se obriga:

A — Promover a multiplicação de sementes de soja, das variedades recomendadas, iniciada no ano anterior. No presente ano cuidará de contratar campos de cooperação numa área de 800/900 alqueires. Os campos deverão ser localizados, de preferência, em zonas onde a cultura vem apresentando melhores resultados, principalmente na Mogiana, sul do Estado, Zona Velha da Paulista e a região arroeira de Barretos.

No presente ano a Secretaria da Agricultura fará a aquisição das sementes ao preço de Cr\$ 3,00 por quilo, mediante o estabelecimento de contratos. Será admitido um limite de tolerância até 5% de material extranho, não se incluindo nessa categoria sementes quebradas e vagens não beneficiadas que serão devolvidas ao cooperador.

Para êsse trabalho de re-benefício, a Secretaria da Agricultura, aparelhará os Póstos de Sementes com máquinas de preparação de sementes.

Esses campos funcionarão ainda como **área de demonstração** das práticas culturais mais vantajosas, e em virtude de se tratar de lavoura ainda desconhecida para a maioria dos lavradores, visando dois pontos básicos:

- a) aumento de rendimento por alqueire;
- b) diminuição do custo de produção.

Esses objetivos são possíveis mediante a observância das medidas seguintes:

1. **Escolha da terra** — utilização das que são aconselháveis para algodão, milho, arroz e trigo, desde que não sejam muito ácidas, esgotadas, muito erodidas, excessivamente íngremes ou ainda as terras arenosas que tenham sido cultivadas com batatinha.
2. **Rotação de culturas** — em combinação com qualquer das culturas acima mencionadas, visando o aproveitamento da adubação nelas efetuadas e dos benefícios peculiares dessa leguminosa como complemento do programa de rotação. A disseminação mais rápida dessa prática será favorecida com o critério da escolha dos melhores lavradores, e cada região.
3. **Área a cultivar** — é aconselhável estabelecer áreas proporcionais às de outras culturas em rotação e à capacidade colheita mecânica.
4. **Práticas culturais importantes** — a serem empregadas pelos cooperadores, destacando:
 - a) Calagem, sempre que possível;
 - b) Preparo cuidadoso do solo;
 - c) Plantio durante o mês de Novembro;
 - d) Inoculação das sementes;
 - e) Semeação à máquina, com chapa reguada para deixar cair 23-25 sementes por metro de sulco;
 - f) Cultivos mecânicos, eliminando o uso do "bico de pato";
 - g) Prevenção contra os possíveis focos de lagartas das folhas. Quando necessário usar inseticidas simples e de baixo preço;
 - h) Ajustamento da "combinada" com a devida antecedência;
 - i) Colheita no período mais aconselhável, visando maior rendimento e melhor qualidade da semente.

B — **Concentração de agricultores** — em campos de cooperação mais indicados e em Estações Experimentais, para debates e demonstrações dos trabalhos que afetam a produção.

C — **Divulgação** — abrangendo a distribuição de folhetos e cartazes, programas de rádio e noticiário pela imprensa.

D — **Concursos regionais** — entre os cooperadores, instituindo-se prêmios aos melhores de cada região. Os vencedores das diversas regiões entrarão para o concurso estadual.

E — **Assistência técnica** — manter na direção da campanha, o Eng. Agr. José Gomes da Silva, que ficará responsável por tôdas as fases da mesma, perante as duas partes interessadas neste Convênio.

Colocar em cada zona-chave um dos seus Agrônomos, para a execução dessa campanha.

F — **Manter** — à disposição da campanha seus laboratórios, Estações Experimentais e quaisquer outros meios necessários ao prosseguimento e ampliação dos trabalhos experimentais, quer na D.E.P., quer junto aos campos de cooperação.

G — **Instalar** — ensaios regionais de variedades juntos aos campos de cooperação e ensaios de variedades resistentes e nematóides em localidades onde tal inimigo tenha causado reduções na produção.

H — **Utilizar** — as combinadas dos postos do D.E.M.A. para a colheita de soja, dando-lhe prioridade e estabelecendo preço razoável por sacco colhido.

I — **Promover** — entendimentos com o Fomento Agrícola Federal, obtendo idêntica colaboração para a colheita dos campos situados nas zonas servidas pelas Patrulhas desse serviço.

As firmas moageiras se obrigam a:

1. Fornecer recursos de trabalho, inclusive os de transporte, ao Chefe da Campanha.

2. Ceder ao Eng. Agr. Ysnel M. Valvano, para prestar colaboração à Campanha, ficando o mesmo com todas as prerrogativas dos funcionários técnicos da Secretaria.

3. Instituir prêmios para as melhores lavouras regionais, na base de uma adubação calcárea de 6-10 ton. por alqueire (Cr\$ 1.500,00 a Cr\$... 2.500,00 por alqueire), fornecendo a Secretaria o transporte ferroviário.

4. Instituir outros prêmios (cultivadores e o serviço de colheita mecânica).

5. Colocar à disposição da Campanha máquinas "combinadas".

6. Facilitar, pela sua organização, a execução do programa.

7. Facilitar a construção, em suas oficinas, de uma instalação para produção de inoculantes.

8. Manter um auxiliar de campo para o Eng. Agr. José Gomes da Silva.

9. Fornecer 150 sacos de sementes segundo indicação dos técnicos.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Para o completo desenvolvimento da Campanha da Cultura de soja, durante os próximos três anos, a Secretaria tomará, junto aos poderes competentes, medidas que terão como objetivo a implantação da cultura em bases econômicas.

Tais providências visarão ampliar a área plantada com soja em São Paulo até o nível de 37.000 alqueires, mediante o desenvolvimento de utiliza-

ções para a torta de farinha de soja, o estabelecimento de cotações de paridade para os preços da soja em relação a outras culturas econômicas (algodão e milho) e a promoção de medidas de amparo econômico ao cooperador, do algodão que plantar soja.

1 — DESENVOLVIMENTO DE UTILIZAÇÕES PARA A TORTA E FARINHA DE SOJA

A valiosa proteína da soja será utilizada em duas formas: farelo para alimentação animal e farinha para alimentação humana. O primeiro deverá entrar em mistura com o farelo e farelinho de trigo, de acordo com o Programa de Suprimento de Forragens, em proporções progressivas de 12 e 20%, respectivamente para os anos de 1953/54 e ... 1954/55. E a farinha naqueles 2 anos deverá constituir 5% da farinha de trigo utilizada no Estado.

O quadro anexo dá a marcha do desenvolvimento e utilização da cultura.

2 — ESTABELECIMENTO DE COTAÇÕES DE PARIDADE PARA OS PREÇOS DA SOJA, EM RELAÇÃO A OUTRAS CULTURAS

Esta medida terá como objetivo criar base econômica para a cultura, de modo que a soja possa trazer ao lavrador, retornos proporcionais aos que obteria com o algodão ou o milho.

Ficará então estabelecido o preço mínimo de Cr\$... por quilo, para a comercialização de soja, tomando-se em consideração os preços mínimos atuais de algodão e milho na base atual de Cr\$ 85,00, por arroba de algodão, Cr\$ 1.000,00 por carro de milho e Cr\$ 120,00 por sacco de soja.

O preço da soja oscilará com as variações daqueles dois produtos, determinandos os preços do farelo e da farinha.

3 — PROMOÇÃO DE MEDIDAS DE AMPARO ECONÔMICO AO COOPERADOR DE ALGODÃO QUE PLANTAR UMA ÁREA DE SOJA NUNCA INFERIOR A UM TERÇO DA ÁREA DE ALGODÃO.

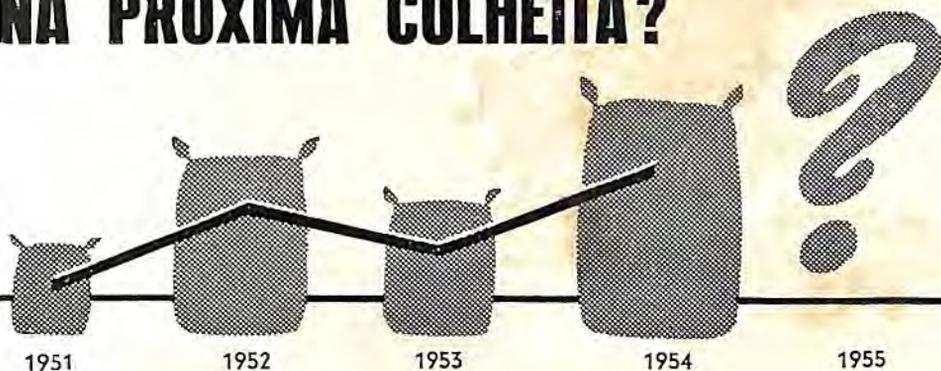
Visando estabelecer nos campos de cooperação de algodão, "Culturas-piloto" em que a rotação — algodão-soja seja praticada na proporção de 3 partes de algodão para uma de soja, a Secretaria instituirá um sobre preço de Cr\$... por sacco de semente de algodão para os campos de algodão que preencher o requisito acima.

tituir 5% da farinha de trigo utilizada no Estado.

Plano de desenvolvimento e utilização da cultura de soja

ANO AGRÍCOLA	ÁREA PLANTADA (Alqueires)			PRODUÇÃO DE SOJA			Fab. de concentrados		PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO
	Semente	Industria	TOTAL	Semente Sec. 60 k.	INDUSTRIA		Farelo Ton.	Farinha Ton.	
					Sacos 60 k	Ton.			
1952/53	900	—	900	45.000	—	—	—	—	
1953/54	1.945	16.055	18.000	97.250	802.750	56.192	20.000	25.000	20.000 ton. de farelo de soja para a adição de 12% ao far. de trigo; 25.000 ton. de farinha soja para adição de 5% à far. de trigo.
1954/55	1.945	37.000	38.945	97.362	1.850.000	111.000	63.000	25.000	35.000 ton. de farelo de soja p/ mistura de 20% ao farelo de trigo; 25.000 ton. de farinha p/ misturar 5% à farinha de trigo; e 28.000 ton. de farelo ou (o) farinha p/ serem vendidas no comércio ao preço de paridade.

QUANTO PRETENDE VOCÊ GANHAR NA PRÓXIMA COLHEITA?



Pelo nível atual da vida Você deverá elevar em 40% os seus lucros do ano passado porque subiram os preços e porque VOCÊ PRECISA PROGREDIR todos os anos com a sua lavoura.

Ao fazer planos para a sua próxima colheita inclua nêles BIOHUMUS, um produto capaz de ajudá-lo, surpreendentemente no aumento de sua produção agrícola. E isto porque BIOHUMUS, garante-lhe a obtenção de ótimo adubo, rico em matéria orgânica e nitrogênio, por uma parcela do preço que Você está habituado a pagar...

★
Biohumus transforma palhas, capim, cascas de café, de arroz, folhagem de cana, de milho, forragens deterioradas, e outros vegetais, tudo que Você até agora não pode aproveitar, em adubo, superior em matéria orgânica e nitrogênio ao melhor estêrco de curral e... isto em apenas 6 a 8 semanas.

Biohumus é um concentrado bacteriano e micro-orgânico que reúne, sob fórmula sêca, culturas selecionadas de nitroso — nitro — e azotobactérias e agentes da decomposição orgânica e da HUMIFICAÇÃO.

Biohumus excita e apres-
sa o curtimento do estêrco de curral, aumentando-lhe o teor nitrogenado e pela elevação da temperatura — 60 a 80° — que ocorre durante a decomposição, destroi os insetos e os germens que atacam as plantas no período de crescimento.



Com 1 kilo de

Biohumus

e 1.000 kilos de resíduos vegetais obtem-se 2,5 a

3 toneladas de
ÓTIMO ESTÊRCO

Fabricantes exclusivos para o Brasil:

D. F. AZEVEDO & CIA LTDA.

Fábrica: Rua Anequirá, 180 — Escritório: Rua México, 70 — 2.º andar
Tel.: 30-6708 — Rio de Janeiro

O BIOHUMUS é fornecido em embalagens de 1, 2 e 5 kilos ao preço de Cr\$ 200,00 o kilo.

COMO DERRUBAR A MATA

para plantação



A queima da mata tem dois graves inconvenientes: destrói a maior parte da fertilidade natural do solo e não remove os tócos que constituem, sempre, um sério obstáculo à mecanização da lavoura.

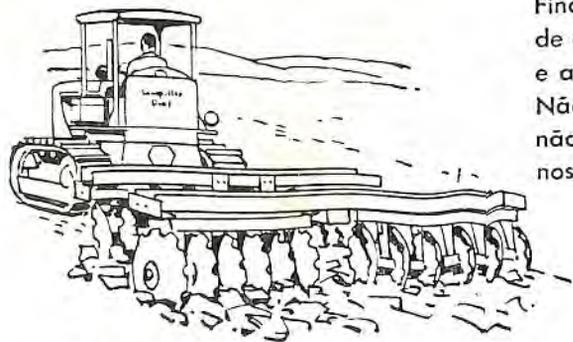
Os Tratores Caterpillar, de esteiras, derrubam a mata, removem raízes e tócos e preparam o terreno para a plantação sem destruir a sua fertilidade natural. O processo é simples:

Dois tratores penetram na mata, separados, mas paralelos um ao outro, puxando uma pesada corrente de aço. Árvores e arbustos colhidos pela corrente não resistem à extraordinária força de tração e são jogados ao solo, desenraizados. Pode-se usar, também, 4 tratores e corrente de dimensões maiores, se for muito densa a vegetação e grande o diâmetro das árvores.

Depois de retirada a madeira de valor comercial, tratores equipados com bulldozers ou ancinhos para raízes, tipo bulldozer, amontoam a galharia, tócos, raízes e madeirame, em fileira, para serem queimados. O ancinho para raízes arrasta os destroços sem raspar a fertilidade superficial do solo.

Finalmente, discos reforçados, puxados por tratores de esteiras, cortam as pequenas raízes remanescentes e as misturam com a terra da camada superficial.

Não queime a sua mata. A economia que o fogo traz não paga a destruição da fertilidade do solo. Procure-nos para melhores informações.



CATERPILLAR

MARCA REGISTRADA

SOTREQ S. A. DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

Engenheiros - Importadores

Matriz: Avenida Brasil, 9200 - Rio de Janeiro

FILIAIS: R. Prof. Gerson Martins, 166 - Bairro Panópolis - B. Horizonte * Av. Vasconcelos Costa, esq. - Eng. Azeli - Uberlândia
Rua Marechal Floriano, 40 - Campos: Estado do Rio * ESCRITÓRIO: Vitória: Caixa Postal 483 - Espírito Santo